



Jornal Oficial do Município de Descalvado

Órgão criado pela Lei Municipal nº 1.291, de 29 de Dezembro de 1992

Descalvado, 31 de Março de 2014

Ano XXII - Número: 407

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.787, DE 10 DE MARÇO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL À DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de crédito adicional especial à dotação orçamentária do corrente exercício, na forma a seguir compreendida:

020301 – Div. Fisc. De Trans. Exec. Serviços Públicos		
020301.1545102261.011 – Eq. Mat. Perm./Obras/Imóvel – Estradas		
44905200 – Equipamentos e Material Permanente	92	R\$ 220.000,00
TOTAL		R\$ 220.000,00

Recurso 92 - Transferências e Convênios Estaduais (Exercícios Anteriores)

Art. 2º - O crédito adicional especial constante do artigo 1º correrá por conta do superávit financeiro apurado no exercício de 2.013, no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), conforme saldo em conta corrente 7018-1 – Aquisição de caminhão, no Banco do Brasil.

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 10 de Março de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 10 de Março de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.788, DE 10 DE MARÇO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL À DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de crédito adicional especial à dotação orçamentária do corrente exercício, na forma a seguir compreendida:

021002 – Divisão de Turismo		
021002.1339202241.033 – Eq. Mat. Perm. Obras Imóvel - Turismo		
44905100 – Obras e Instalações	5	R\$ 243.750,00
TOTAL		R\$ 243.750,00

Recurso 5 - Transferências e Convênios Federais

Art. 2º - O crédito adicional especial constante do artigo 1º correrá por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 243.750,00 (duzentos e quarenta e três mil, setecentos e cinquenta reais), a ser repassado pela União.

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 10 de Março de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 10 de Março de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.789, DE 11 DE MARÇO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL À DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de crédito adicional especial à dotação orçamentária do corrente exercício, na forma a seguir compreendida:

021001 – Divisão de Esporte e Lazer		
021001.2781202331.032 – Eq. Mat. Perm. Obras Imóvel - Esportes		
44905100 – Obras e Instalações	2	R\$ 50.000,00
	TOTAL	R\$ 50.000,00

Recurso 2 - Transferências e Convênios Estaduais

Art. 2º - O crédito adicional especial constante do artigo 1º correrá por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme valor repassado em conta corrente nº 7306-7, agência 6547, no Banco do Brasil.

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 11 de Março de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 11 de Março de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.790, DE 18 DE MARÇO DE 2.014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CELEBRAR CONVÊNIO COM A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE DESCALVADO NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio com a “Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado”, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de reconhecida utilidade pública Federal, Estadual e Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob nº 47.544.663/001-30, com sede nesta cidade, à Praça Dr. Octávio Gabrielli, nº 827, através da Secretaria de Saúde, tendo por objeto a execução de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais, visando a garantia da atenção integral à saúde dos munícipes, observada a sistemática de referência e contra-referência do Sistema Único de Saúde – SUS, tudo em conformidade aos termos da minuta do Convênio que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 18 de Março de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 18 de Março de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 3.791, DE 18 DE MARÇO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL À DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores do Poder Legislativo do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de crédito adicional especial à dotação orçamentária do corrente exercício, na forma a seguir compreendida:

020709 – Divisão de Educação - Fundeb		
020709.1236102392.061 – Manut. Ensino Fundamental		
31901100 – Vencimentos e Vantagens Fixas	92	R\$ 22.755,91
	TOTAL	R\$ 22.755,91

Recurso 92 - Transferências e Convênios Estaduais (Exercícios Anteriores)

Art. 2º - O crédito adicional especial constante do artigo 1º correrá por conta do superávit financeiro apurado no exercício de 2.013, no valor de R\$ 22.755,91 (vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e um centavos), integrante do saldo em conta corrente no Banco do Brasil.

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 18 de Março de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 18 de Março de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI Nº 3.792, DE
27 DE MARÇO DE 2.014****AUTORIA: VEREADOR JOSÉ AUGUSTO
CAVALCANTE NAVAS**

DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 2º E 3º DA LEI Nº 2.592, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2.005, QUE DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei Municipal nº 2.592, de 13 de dezembro de 2.005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - São competências do CONJUVE – CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE DESCALVADO:

I – auxiliar na elaboração de políticas públicas de juventude que promovam o amplo exercício dos direitos dos jovens estabelecidos nesta Lei, de modo a assegurar a participação do jovem nos processos social, econômico, político, esportivo e cultural no município;

II – utilizar instrumentos de forma a buscar que o município garanta aos jovens o exercício de seus direitos;

III – colaborar com os órgãos da administração no planejamento e na implementação das políticas da juventude;

IV – estudar, analisar, elaborar, discutir e propor a celebração de instrumentos de cooperação, visando à elaboração de programas, projetos e ações voltados para a juventude;

V – propor a criação de formas de participação da juventude nos órgãos da administração pública;

VI – promover e participar de seminários, cursos, congressos e eventos correlatos para o debate de temas relativos à juventude;

VII – elaborar seu regimento interno e decidir sobre as alterações propostas por seus membros;

VIII – acompanhar a execução dos programas, dos projetos e das ações da Administração Municipal ligados à juventude;

IX – realizar, a cada 02 (dois) anos, com início em 2015, durante o mês de Outubro, a Conferência Municipal da Juventude, que indicará as diretrizes a serem seguidas pelo CONJUVE e observadas na elaboração e execução dos programas, dos projetos e das ações da Administração Municipal voltados à juventude.”

Art. 2º - O artigo 3º da Lei Municipal nº 2.592, de 13 de dezembro de 2.005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - O Conselho Municipal da Juventude, doravante designado pela sigla CONJUVE, subordinado diretamente ao gabinete do prefeito, será integrado por 16 (dezesseis) membros conselheiros, representantes designados por segmentos da sociedade civil e por representantes da gestão pública, obedecendo o seguinte formato:

I – DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

*01 (um) representante da Secretaria de Educação e Cultura
01 (um) representante da Secretaria de Saúde
01 (um) representante da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo*

01 (um) representante da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

01 (um) representante da Câmara Municipal de Descalvado

II – DA SOCIEDADE CIVIL

01 (um) representante do Rotaract (Rotary Club)

01 (um) representante da Pastoral da Juventude

01 (um) representante do Conselho de Pastores Evangélicos

01 (um) representante da SABI – Sociedade Amigos da Biblioteca

01 (um) representante da AMUDE – Amigos do Museu Público de Descalvado

01 (um) representante da ACID – Associação Comercial e Industrial de Descalvado

01 (um) representante da ADE – Associação Desportiva Descalvadense

01 (um) representante da Associação de Moradores da Região Leste

01 (um) representante da Associação de Moradores do Parque Morada do Sol

01 (um) representante da Associação de Moradores da Região Sul

01 (um) representante da Associação de Moradores dos bairros Santa Cruz, Bela Vista e Paola.

§ 1º - Para compor o CONJUVE, os membros deverão atender as seguintes condições:

I – ter 16 anos completos ou mais;

II – ter título de eleitor;

III – residir no Município de Descalvado há pelo menos 02 anos;

IV – não estar ocupando cargo em comissão na gestão municipal.

§ 2º - O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, não podendo permanecer no Conselho por mais de 02 (dois) mandatos consecutivos.

§ 3º - O CONJUVE será coordenado por 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-Presidente e 02 (dois) Secretários, sendo eleitos por maioria absoluta (2/3) de seus membros, em votação secreta, por um mandato de 02 (dois) anos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 27 de Março de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 27 de Março de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO N° 4.088, DE
06 DE MARÇO DE 2.014

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 22 DO DECRETO NÚMERO 3.203, DE 29 DE MAIO DE 2.008, O QUAL ADOTA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO, ESTADO DE SÃO PAULO, A UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO, PARA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de sua competência prevista no inciso II do art. 30 da Constituição Federal, bem como das atribuições que lhe confere o art. 67, inciso XV, da Lei Orgânica Municipal de Descalvado, para cumprir o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, com observância do disposto na Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002:

DECRETA:

Artigo 1° - O Município de Descalvado adota, no âmbito de sua administração direta, para a aquisição de bens e serviços comuns, a realização de licitação na modalidade de Pregão.

Artigo 2° - O procedimento previsto no artigo anterior, e estabelecido na Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, a ser realizado por licitação do tipo menor preço, destina-se à aquisição de bens e à prestação de serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, em que a disputa é feita por meio de propostas e lances sucessivos em sessão pública, e, ainda, observando-se as regras estabelecidas neste Decreto.

§ 1° - Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

§ 2° - Equipamentos, licenças e serviços de informática, cuja produção e comercialização se utilizem de processos de larga escala, serão considerados bens e serviços comuns para fins de atendimento a este Decreto.

§ 3° - Excluem-se da modalidade de pregão as contratações de obras e serviços de engenharia, as locações imobiliárias e as alienações em geral.

Artigo 3° - Pregão é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado da contratação, é feita em sessão pública por meio de propostas de preços escritas em envelope lacrado, e lances verbais.

Artigo 4° - A licitação na modalidade pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, maior competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

Artigo 5° - Todos quantos participem da licitação na presente modalidade têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Regulamento, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira no procedimento, perturbando ou impedindo a realização dos trabalhos.

Artigo 6° - Compete à autoridade superior, no âmbito da Administração Direta Municipal:

I - autorizar a abertura da licitação;

II - designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio;

III - decidir os recursos contra atos do pregoeiro;

IV - adjudicar e homologar o objeto da licitação.

Parágrafo Único - A equipe de apoio deverá ser integrada por servidores ocupantes de cargo efetivo, em comissão ou emprego de órgão ou entidade do Poder Executivo.

Artigo 7° - Compete ao Secretário Municipal de Finanças e Administração proceder ao bloqueio prévio, junto ao setor contábil do Município, do valor estimado destinado ao pagamento dos bens e serviços a serem adquiridos, ou autorizar o respectivo empenho orçamentário.

Artigo 8° - Na fase preparatória do pregão, os órgãos da Administração direta remeterão previamente à Secretaria de Finanças e Administração do Município, seus pedidos de aquisição de bens e serviços, por meio de processo administrativo, devendo este estar obrigatoriamente instruído com os seguintes elementos:

I - descrição clara, suficiente e precisa do objeto da licitação, com definição das características técnicas, vedadas especificações que, por excessivas, limitem ou frustrem a competição;

II - valor estimado;

III - cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso;

IV - justificativa da necessidade da aquisição do objeto ou serviços;

V - estabelecimento dos critérios de aceitação das propostas, das exigências de habilitação e da fixação dos prazos, as sanções por inadimplemento imponíveis aos Contratantes e demais condições essenciais, para o fornecimento do objeto licitado.

Artigo 9° - O critério de julgamento será o de menor preço, observados os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, o prazo máximo de fornecimento e as demais condições definidas no edital.

Artigo 10 - São atribuições do Pregoeiro;

I - a análise e julgamento de impugnações ao edital do pregão;

II - a condução da sessão publica do pregão;

III - o recebimento das propostas de preços conforme edital ou aviso específico e da documentação de habilitação;

IV - a recepção, a abertura das propostas de preços, o seu exame e classificação, bem como a condução dos procedimentos relativos à indicação de quais os licitantes que poderão oferecer novos lances e definir propostas de menor preço;

V - a abertura e análise da documentação do licitante vencedor;

VI - a documentação do processo licitatório respectivo, com todos os atos essenciais do pregão, com vista à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle;

VII - o processamento dos recursos interpostos e encaminhamento à decisão pela autoridade superior competente;

VIII - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a classificação, à autoridade superior, visando a adjudicação do objeto ao vencedor, a homologação e a contratação;

IX - a prática dos demais atos pertinentes ao procedimento.

Artigo 11 - A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos de fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser clara, suficiente e precisa, vedadas as especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiadas, bem como o orçamento elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados, explicitando os critérios utilizados para a avaliação prévia do custo orçado;

IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e sua respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação do licitante vencedor e o recebimento, exame e instrução dos recursos porventura interpostos de suas decisões tomadas no curso do certame.

Artigo 12 - A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados, através da divulgação do edital e aviso específico, observadas as seguintes regras:

I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em função dos seguintes limites:

a) para bens e serviços de valores estimados até R\$ 80.000,00

(oitenta mil reais), em jornal de grande circulação no Município e Região, ou em Jornal Oficial do Município que circule semanalmente;

b) para bens e serviços de valores estimados acima de R\$ 80.000,01 (oitenta mil reais e um centavo) até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais):

1- Diário Oficial do Estado;

2- jornais de grande circulação no Município e Região, ou Jornal Oficial do Município que circule semanalmente;

c) para bens e serviços de valores estimados superiores a R\$ 150.000,01 (cento e cinquenta mil reais e um centavo):

1- Diário Oficial do Estado;

2- jornais de grande circulação no Município e Região, ou Jornal Oficial do Município que circule semanalmente;

3- jornal de grande circulação no Estado;

II - do edital e do aviso constarão definição precisa, suficiente e clara do objeto, bem como a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital e o local onde serão recebidas as propostas;

III - do edital ou aviso específico constarão a modalidade de licitação e a modalidade dos lances, por quantidade ou por preços, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, a fixação dos prazos para fornecimento do objeto, e as normas que disciplinarem o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso;

IV - cópias do edital e do respectivo aviso serão colocadas à disposição de qualquer pessoa para consulta;

V - o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso, para os interessados prepararem e apresentarem suas propostas;

VI - no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública única para recebimento das propostas, da documentação de habilitação, instruída de declaração escrita e formal elaborada pelos interessados, de reunirem os requisitos de habilitação exigidos no edital, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando, se for o caso, possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

VII - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais que não tiverem protocolado previamente os envelopes, nos termos admitidos pelo edital entregarão ao pregoeiro, em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

VIII - o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, promoverá a verificação da conformidade das mesmas com o edital, e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço, selecionados para a etapa de lances;

IX - quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de três, incluindo a de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

X - em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

XI - o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor; sendo-lhe facultado oferecerem preço inferior ao seu, ainda que superior ao menor valor até então apurado;

XII - a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, não implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais;

XIII - caso não se realizem lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

XIV - para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério “menor preço”, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

XV - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira proposta classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

XVI - sendo aceitável a proposta de menor preço, e assim declarada vencedora, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias;

XVII - verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, e o pregoeiro encaminhará o processo à autoridade responsável para adjudicação do objeto, homologação e contratação;

XVIII - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, apurando o licitante vencedor;

XIX - a manifestação da intenção de interpor recurso será no momento da declaração do vencedor do certame, com registro em ata, cabendo ao recorrente juntar razões no prazo concedido à apresentação de recursos;

XX - o recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo;

XXI - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XXII - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante em sessão importará na decadência do direito de recurso;

XXIII - decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o certame, determinando a contratação;

XXIV - como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação;

XXV - quando o proponente vencedor não apresenta situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis observados o disposto nos incisos XIII e XIV deste artigo;

XXVI - se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, os demais licitantes poderão ser chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições de suas respectivas ofertas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e previstas no edital; e

XXVII - o prazo de validade das propostas será de sessenta dias, se outro não estiver fixado no edital.

Artigo 13 - Até dois úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

§ 1º - Caberá ao pregoeiro decidir a impugnação apresentada no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º - Acolhida a impugnação do ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

Artigo 14 - Para habilitação dos licitantes será exigida, exclusivamente, a documentação prevista na Lei 8.666/1993, relativa à:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira, se for o caso;

IV - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999;

V - quanto à regularidade fiscal será exigida exclusivamente a documentação prevista no artigo 4º, XIII, da Lei 10.520/2002.

Parágrafo único - A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III e IV deste artigo poderá, a critério da autoridade superior, ser substituída por certificado de registro cadastral do Município, ou de outro órgão da Administração Pública, que atenda aos requisitos previstos na Lei 8.666/1993.

Artigo 15 - O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla

defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

Artigo 16 - É vedada a exigência de:

I - garantia de proposta;

II - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame;

III - pagamento de taxas e emolumentos, salvo referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica.

Artigo 17 - Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, serão observadas as regras fixadas na Lei 8.666/1.993, quanto à sua constituição e admissibilidade.

Artigo 18 - A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face das razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1º - A Anulação do instrumento licitatório induz à conseqüente anulação do contrato.

§ 2º - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Artigo 19 - Nenhum contrato será celebrado sem a efetiva disponibilidade de recursos orçamentários, para pagamento dos encargos dele decorrentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 20 - A Administração publicará, na Imprensa Oficial, os extratos dos contratos celebrados, até o quinto dia útil subsequente ao de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência.

Artigo 21 - Os atos essenciais do pregão serão documentados e receberão a forma de processo, em ordem seqüencial, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:

I - justificativa da contratação;

II - termo contendo descrição detalhada do objeto, orçamento estimativo de custos e cronograma físico financeiro de desembolso, se for o caso;

III - garantia de reserva orçamentária, com indicação da respectiva dotação;

IV - autorização de abertura da licitação;

V - designação do pregoeiro e equipe de apoio;

VI - parecer jurídico, de análise do edital e anexos;

VII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;

VIII - minuta do termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

IX - originais das propostas escritas, da documentação de habilitação analisada e dos documentos que a instruírem;

X - ata da sessão do pregão, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos;

XI - comprovantes da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos à publicidade do certame, conforme o caso.

Artigo 22 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo a Divisão de Licitações e Contrato a partir do sexagésimo dia a contar da designação de Equipe de Apoio e Pregoeiros, utilizar-se preferencialmente desta modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns na forma especificada.

Artigo 23 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 06 dias do mês de março de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, em 06 de março de 2.014.

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO
DECRETO Nº 4.089,
DE 10 DE MARÇO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ADESÃO À 1ª CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE ARARAQUARA – 1ª CIPDC

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, neste Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Ofício CMIL 025/620/2014 – Circular, de 17 de janeiro de 2.014;

DECRETA:

Art. 1º - O Município de Descalvado, Estado de São Paulo, através de seu Poder executivo adere à 1ª Conferência Intermunicipal de Proteção e Defesa Civil de Araraquara, o qual será o Município Sede, a ser realizada no dia 12 de março de 2014, designando, como representante, o Sr. Fábio Pinese Melki, Diretor da Divisão de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 10 dias do mês de Março de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 10 de Março de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

**DECRETO Nº 4.090, DE
10 DE MARÇO DE 2.014**

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL À DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.787, de 10 de março de 2.014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional especial a seguinte dotação:

020301 – Div. Fisc. De Trans. Exec. Serviços Públicos		
020301.1545102261.011 – Eq. Mat. Perm./Obras/Imóvel – Estradas		
44905200 – Equipamentos e Material Permanente	92	R\$ 220.000,00
TOTAL		R\$ 220.000,00

Recurso 92 - Transferências e Convênios Estaduais (Exercícios Anteriores)

Art. 2º - O crédito adicional correrá por conta do superávit financeiro apurado no exercício de 2.013, no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), conforme saldo em conta corrente 7018-1 – Aquisição de caminhão, no Banco do Brasil.

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 10 dias do mês de Março de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 10 de Março de 2.014

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

**DECRETO Nº 4.091, DE
10 DE MARÇO DE 2.014**

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL À DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.788, de 10 de março de 2.014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional especial a seguinte dotação:

021002	Divisão de Turismo		
021002.1339202241.033	Eq. Mat. Perm. Obras Imóvel - Turismo		
44905100	Obras e Instalações	5	R\$ 243.750,00
TOTAL			R\$ 243.750,00

Recurso 5 - Transferências e Convênios Federais

Art. 2º - O crédito adicional especial constante do artigo 1º correrá por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 243.750,00 (duzentos e quarenta e três mil, setecentos e cinquenta reais), a ser repassado pela União.

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 10 dias do mês de Março de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 10 de Março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

**DECRETO Nº 4.092, DE
11 DE MARÇO DE 2.014**

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL À DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.790, de 11 de março de 2.014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional especial a seguinte dotação:

021001	Divisão de Esporte e Lazer		
021001.2781202331.032	Eq. Mat. Perm. Obras Imóvel - Esportes		
44905100	Obras e Instalações	2	R\$ 50.000,00
		TOTAL	R\$ 50.000,00

Recurso 2 - Transferências e Convênios Estaduais

Art. 2º - O crédito adicional especial constante do artigo 1º correrá por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme valor repassado em conta corrente nº 7306-7, agência 6547, no Banco do Brasil.

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 11 dias do mês de Março de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 11 de Março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.093, DE 14 DE MARÇO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR À DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso II, parágrafo único da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de novembro de 2.013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional suplementar à seguinte dotação:

020201	Divisão Prev. Ass. Med. Saúde - FMS		
020201.1030102122.009	Manut. Ativ. - Ass. Med. Saúde		
33909300	Indenizações e Restituições	02 497	R\$ 18.659,20
		TOTAL	R\$ 18.659,20

Art. 2º - O crédito adicional suplementar constante do artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

020201	Divisão Prev. Ass. Med. Saúde - FMS		
020201.1030102121.007	Eq. Mat. Perm./Obras/Imóvel - Saúde		
44905200	Equipamento e Material Permanente	01 43	R\$ 18.659,20
		TOTAL	R\$ 18.659,20

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei

nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 14 dias do mês de Março de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 14 de Março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.094, DE 14 DE MARÇO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR À DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso II, parágrafo único da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de novembro de 2.013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional suplementar à seguinte dotação:

020801	Divisão Agrícola		
020801.2060102312.051	Manut. Atividade - Agropecuária		
33909300	Indenizações e Restituições	02 499	R\$ 20.400,00
		TOTAL	R\$ 20.400,00

Recurso 2 - Transferências e Convênios Estaduais

Art. 2º - O crédito adicional suplementar constante do artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

020801	Divisão Agrícola		
020801.2060102311.034	Eq. Mat. Perm./Obras/Imóvel - Agropecuária		
44905200	Equipam. E Material Permanente	01 0363	R\$ 20.400,00
		TOTAL	R\$ 20.400,00

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 14 dias do mês de Março de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 14 de Março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

**DECRETO Nº 4.095, DE
14 DE MARÇO DE 2.014****DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR À DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA.**

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso II, parágrafo único da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de novembro de 2.013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional suplementar à seguinte dotação:

020801	Divisão Agrícola				
020801.2060102312.051	Manut. Atividade - Agropecuária				
33903000	Material de Consumo	367	01	R\$ 50.000,00	
TOTAL				R\$ 50.000,00	

Art. 2º - O crédito adicional suplementar constante do artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

020801	Divisão Agrícola				
020801.2060102311.034	Eq. Mat. Perm./Obras/Imóvel - Agropecuária				
44905200	Equipam. E Material Permanente	363	01	R\$ 16.000,00	
020802	Divisão de Agropecuária e Sanitária				
020802.2060502321.035	Eq. Mat. Perm./Obras/Imóvel - Abastecimento				
44905200	Equipamentos e Material Permanente	372	01	R\$ 34.000,00	
TOTAL				R\$ 50.000,00	

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 14 dias do mês de Março de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 14 de Março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

**DECRETO Nº 4.096, DE
18 DE MARÇO DE 2.014****DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL À DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA.**

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.791, de 18 de Março de 2.014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional especial à seguinte dotação:

020709	Divisão de Educação - Fundeb				
020709.1236102392.061	Manut. Ensino Fundamental				
31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas				
TOTAL				92	R\$ 22.755,91
Recurso 92 - Transferências e Convênios Estaduais (Exercícios Anteriores)					R\$ 22.755,91

Art. 2º - O crédito adicional especial constante do artigo 1º correrá por conta do superávit financeiro apurado no exercício de 2.013, no valor de R\$ 22.755,91 (vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e um centavos), integrante do saldo em conta corrente no Banco do Brasil.

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 18 dias do mês de Março de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 18 de Março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

**DECRETO Nº 4.097, DE
18 DE MARÇO DE 2.014****CONSTITUI O GRUPO EXECUTIVO LOCAL E CONSTITUIÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de readequação do Grupo Técnico Executivo Local para acompanhamento da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, pleiteada por ato do Ofício SEMA-RH nº 148/14, nos termos da alínea “a”, inciso II da Cláusula Terceira do Convênio formalizado entre este Município e o Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos tendo por objeto a conjugação dos partícipes para elaboração do plano de saneamento básico municipal, em consonância às normas do artigo 19 da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2.007,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituído o Grupo Executivo Local destinado ao acompanhamento da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, designando para compor a Equipe Técnica, as seguintes pessoas, representando:

I – a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos:

- a) Roseli Aparecida de Souza;
- b) Sueli Aparecida Govoni;
- c) Dario Maio;

II – a Procuradoria Geral do Município, Dr. Silvio Bellini;

III – a Secretaria de Saúde, Sr. José Aparecido Franceschini;

IV – a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Fábio Bianco Generoso;

V – Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento, Obras e Serviços Públicos:

- a) Sr. Cláudio Luis Fuzaro; e,
- b) Sra. Maria Cristina Aristeu Pessoa.

Art. 2º - A coordenação dos trabalhos do Grupo Executivo local será exercida pela Secretaria de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos.

Art. 3º - Os trabalhos a serem desenvolvidos pelo Grupo Técnico Local implicam na obrigação dos membros em:

I – avaliar, discutir e propor alterações sobre todas as etapas de desenvolvimento dos trabalhos a contar de seu início;

II – atuar junto ao Grupo Técnico e a empresa responsável pela elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico até sua homologação pelo Governo do Estado ou demais Órgãos de competência delegada;

III – representar diretamente ao Prefeito Municipal e à Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos quando da constatação de procedimentos que contrariem as normas legais de elaboração e instituição do Plano Municipal.

Art. 4º - As funções dos membros da Equipe Técnica não serão remuneradas, contudo, consideradas de relevante interesse público.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 3.853, de 02 de Maio de 2.012.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 18 dias de Março de 2.014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal em 18 de Março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.098, DE 18 DE MARÇO DE 2.014

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 4.071, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE DECLARA DE UTILIDADE, INTERESSE E NECESSIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DE GLEBA DE TERRAS PERTENCENTES A ONDINA FERREIRA POZZI E OUTROS OU SUCESSORES DO IMÓVEL DENOMINADO FAZENDA SÃO FRANCISCO.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito em exercício do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e atendendo solicitação da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento, Obras e Serviços Públicos quanto à necessidade de retificação da área declarada de utilidade, interesse e necessidade pública;

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 1º do Decreto nº 4.071, de 20 de Dezembro de 2.013, que declara de utilidade, interesse e necessidade pública, para fins de desapropriação de gleba de terras pertencentes a Ondina Ferreira Pozzi e Outros ou Sucessores do imóvel denominado Fazenda São Francisco passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de utilidade, interesse e necessidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial pelo Município de Descalvado, uma gleba de terras pertencente a Ondina Ferreira Pozzi e outros ou sucessores, encravada em área de maior porção denominada Fazenda São Francisco, objeto da Matrícula nº 9.417 junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, assim descrita e caracterizada: “Uma área de terras, localizada no município e comarca de Descalvado – SP, contendo a área de 1.185,27 metros quadrados, dentro das seguintes medidas e confrontações: Inicia-se no ponto situado na confluência da Rodovia SPA – 117/215 – Via de Acesso Juvenal Pozzi e a propriedade da Municipalidade de Descalvado – Matrícula 15.790. Deste ponto, segue com uma distância de 89,51 metros, confrontando com a Rodovia SPA – 117/215 – Via de Acesso Juvenal Pozzi, atinge o ponto situado no início de tangência de curva de raio 141,80 metros e ângulo central 10º 28’ 30”, confluência com a Fazenda São Francisco. Deste, deflete à direita e segue desenvolvendo curva à esquerda com uma distância de 25,92 metros, atinge o outro ponto de tangência da curva, coincidente com o início de tangência da curva de raio 165,20 metros e ângulo central 23º 07’ 43”. Daí, segue desenvolvendo curva à direita com uma distância de 66,69 metros, atinge o outro ponto de tangência da curva, situado na confluência da propriedade da Municipalidade de Descalvado – Matrícula 15.790, confrontando nessa extensão com a Fazenda São Francisco. Deste, deflete à direita, segue em linha reta com uma distância de 21,29 metros, confrontando com a propriedade da Municipalidade de Descalvado – Matrícula 15.790, atinge o início da referida poligonal divisória, fechando assim o perímetro e a área mencionada.””

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 18 dias do mês de Março de 2014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal em 18 de Março de 2014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.099, DE 18 DE MARÇO DE 2.014

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 26 DO DECRETO Nº 3.798, DE 24 DE OUTUBRO DE 2.011, QUE INSTITUI O SIS-

TEMA ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS FISCAIS PARA OS CONTRIBUINTES OU RESPONSÁVEIS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e atendendo solicitação da Divisão de Arrecadação do Município;

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 26 do Decreto nº 3.798, de 24 de Outubro de 2.011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 26 – Os sujeitos passivos que possuem valor inferior a R\$ 10,00 (dez reais) referente à soma dos serviços prestados ou tomados por período de competência, ficam autorizados a recolher no mês seguinte, desde que a soma atinja valor superior aos supra citado.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a contar de 24 de março do corrente ano.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 18 dias do mês de Março de 2014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal em 18 de Março de 2014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.100, DE 26 DE MARÇO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR À DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso II, parágrafo único da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de novembro de 2.013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional suplementar à seguinte dotação:

020709	Divisão de Educação - Fundeb				
020709.12.361.02391.041	Equip. Mat. Perm./Obras/Imóvel – Fundeb 40%				
44905100	Obras e Instalações	02	352	R\$ 68.000,00	
TOTAL				R\$ 68.000,00	

Art. 2º - O crédito adicional suplementar constante do artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

020709	Divisão de Educação - Fundeb				
020709.12.361.02392.062	Manut. Ensino Fundamental – Fundeb 40%				
33903900	Outros Serv. De Terceiros – Pessoa Jurídica	02	359	R\$ 68.000,00	
TOTAL				R\$ 68.000,00	

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III

do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 26 dias do mês de Março de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 26 de Março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.101, DE 26 DE MARÇO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR À DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso II da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de novembro de 2.013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional suplementar à seguinte dotação:

020706	Divisão de Educação - Outros				
020706.1236402802.102	Manutenção do Ensino Superior				
33904800	Outros auxílios financeiros a pessoa física	01	335	R\$ 20.000,00	
TOTAL				R\$ 20.000,00	

Art. 2º - O crédito adicional suplementar constante do artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

020707	Divisão de Educação – Projeto Criança				
020707.1236502222.047	Manutenção Atividade – Projeto Criança				
33903900	Outros Serv. Terceiros – P. Jurídica	01	339	R\$ 20.000,00	
TOTAL				R\$ 20.000,00	

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 26 dias do mês de Março de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 26 de Março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

**DECRETO Nº 4.102, DE
27 DE MARÇO DE 2014**

Declara de utilidade, interesse e necessidade pública, para fins de desapropriação, 03 (três) áreas de terras, de propriedade de S. A. FÁBRICA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS VIGOR, destinada a abrigar as dependências do Serviço Municipal de Alimentação Escolar – SMAE (Merenda Escolar, Padaria, Cozinha Piloto e Vaca Mecânica), e sua logística de distribuição do Serviço Municipal de Alimentação Escolar –SMAE; a frota municipal dos ônibus escolares e sua logística para os alunos da zona rural e ônibus para projetos na forma que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO, ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a alínea “e”, inciso I, do artigo 124 da Lei Orgânica deste Município; alíneas “d”, “h”, “j” e “p” do artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e demais disposições legais aplicáveis à espécie,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade, interesse e necessidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial pelo Município de Descalvado, as áreas de terras e respectivas benfeitorias de domínio ou posse de pessoas diversas, abaixo descritas com suas respectivas matrículas, pertencentes a S. A. FÁBRICA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS VIGOR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 61.116.331/0001-86, sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à rua Joaquim Carlos, nº 396, Pari, CEP: 03.019-000, caracterizadas as áreas de utilidade, interesse e necessidade pública:

1 – Um terreno desmembrado de uma área maior, com a forma geométrica de um retângulo, que toma início nas proximidades da confluência de um córrego que vem do local denominado “Buraco da Onça” com o Córrego da Servidão ou Ribeirão da Rosária, medindo este terreno desmembrado e que se projeta do ponto inicial já aludido até a Rua Velha, 46,00 metros de comprimento, ou de fundo, por 10,00 metros de largura em todo o seu comprimento, ou seja, uma área superficial global de 460,00 metros quadrados, confrontando na testada ou face da frente com a referida Rua Velha, na testada ou face de fundo, com o Córrego da Servidão, também conhecido por Córrego da Rosária, que o separa de terras de propriedade de S. A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor, e de ambos os lados, com João Barbalho e sua mulher, ou sucessores, pelo remanescente da área maior de que se destacou, situando-se, quanto ao seu lado direito de quem o observa de fundo à frente, uma distância de 36,00 metros de uma ponte existente sobre o Ribeirão da Rosária e integrante do leito dessa rua, e no tocante ao seu lado esquerdo, a uma distância de 66,50 metros, contados da esquina da Rua Cel. Manuel Leme (prolongamento), com a mesma Rua Velha. (Matrícula nº 3.379 do CRI local)

2 – Um terreno situado nesta cidade e comarca de Descalvado, com a forma geométrica de um triângulo, com a área total de 697,50 metros quadrados, medindo 45,00 metros de frente, contados da linha de divisa da propriedade de Antonio Gallo, em cuja face mede 31,00 metros de extensão e na face em que divide com o Córrego da Rosária mede 54,00 metros, confrontando, portanto, na frente com o prolongamento da Rua Cel. Manoel Leme, numa face com Antonio Gallo e na outra face com propriedade de S. A. Fábrica

de Produtos Alimentícios Vigor e de quem se separa pelo Córrego da Rosária. (Matrícula nº 3.380 do CRI local)

3 – Um imóvel situado nesta cidade e comarca de Descalvado, consistente em uma área de terras com a extensão superficial de 16.634,00 metros quadrados, mais ou menos, abrangida dentro das divisas e confrontações seguintes: Começa no prolongamento da Rua Cel. Manoel Leme, no meio do veio do Córrego da Servidão, conhecido como Córrego da Rosária e sobre pelo meio desse veio, numa distância de 88,00 metros, confrontando nesse percurso divisório com os Irmãos Lopes; daí defletindo-se à direita e seguindo ainda o meio do veio do referido córrego, prolonga-se, numa distância de 35,00 metros, confrontando nesse trecho divisório com João Barbalho e com quem mais de direito; daí, deflete à direita, segue em reta numa distância de 91,00 metros confrontando com Nicola Lamano, ponto em que, defletindo à direita, segue em reta, numa distância de 86,00 metros, confrontando com o casal Cyrillo Bortoletto; e daí, defletindo-se à direita segue em reta, numa distância de 128,00 metros, confrontando com o mesmo casal Cyrillo Bortoletto e com a Estrada Municipal que vai ao Largo da Santa Cruz; e, daí, defletindo-se à direita, segue numa distância de 54,00 metros, pelo prolongamento da Rua Cel. Manoel Leme, até o ponto de partida. (Matrícula nº 3.381 do CRI local)

Art. 2º - As áreas a que se refere o artigo 1º deste Decreto destinam-se ao fim de utilidade, interesse e necessidade pública para abrigar as dependências do Serviço Municipal de Alimentação Escolar (SMAE), que se encontra instalada em local com incapacidade física e sua logística de distribuição; a frota municipal dos ônibus escolares e sua logística para os alunos da zona rural e de projetos.

Art. 3º - É declarada de urgência a desapropriação, para efeito de imissão provisória do Município na posse dos bens referidos no artigo 1º deste Decreto, pedido de emissão que se faz liminarmente, dada a premência na construção, principalmente, do novo SMAE e suas dependências, uma vez que, a atual se encontra em estado de preocupante deterioração e de insuficiente espaço físico.

Art. 4º - Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a adotar todas as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata o presente Decreto, por via administrativa ou judicial, e as cabíveis para obtenção da posse e do domínio das áreas objeto desta declaração de utilidade, interesse e necessidade pública, cujas glebas se destinarão a abrigar as dependências do Serviço Municipal de Alimentação Escolar (SMAE) e a frota Municipal Escolar de Descalvado/SP.

Art. 5º - As despesas decorrente da execução desta Lei, bem como as indenizações correspondentes, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, vinculadas à Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 6º - Os bens imóveis objeto do presente Decreto expropriatório ficarão vinculados, para efeito de gerenciamento, à Secretaria de Educação e Cultura que poderá eventualmente utilizar o espaço para outro fim que se fizer necessário dentro do âmbito da Educação.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, em 27 de março de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal em 27 de março de 2014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

Giovana Cristina dos Santos
Subprocuradora Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.103, DE
28 DE MARÇO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR À DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso II, parágrafo único da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de novembro de 2.013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional suplementar à seguinte dotação:

021601	Assessoria de Comunicação Social			
021601.04.131.02602.085	Manut. Atividades – Comunicação Social			
31901300	Obrigações Patronais	01	472	R\$ 1.200,00
		TOTAL		R\$ 1.200,00

Art. 2º - O crédito adicional suplementar constante do artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

021601	Assessoria de Comunicação Social			
021601.04.131.02602.085	Manut. Atividades – Comunicação Social			
33903900	Outros Serv. Terceiros – P. Jurídica	01	475	R\$ 1.200,00
		TOTAL		R\$ 1.200,00

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 28 dias do mês de Março de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 28 de Março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.104, DE
31 DE MARÇO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR À DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Municí-

pio de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso II da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de novembro de 2.013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional suplementar à seguinte dotação:

020302	Div. Sup. Proj. Obras Públicas			
020302.15.451.02251.015	Equip. Mat. Perm./Obras/Imóvel – Serv. Obras			
44905100	Obras e Instalações	01	202	R\$ 170.000,00
		TOTAL		R\$ 170.000,00

Art. 2º - O crédito adicional suplementar constante do artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

020302 – Div. Sup. Proj. Obras Públicas				
020302.15.451.02251.015 – Equip. Mat. Perm./Obras/Imóvel – Serv. Obras				
44905200 – Equipam. e Material Permanente	01	203		R\$ 170.000,00
		TOTAL		R\$ 170.000,00

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 31 dias do mês de Março de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 31 de Março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 4.105, DE
31 DE MARÇO DE 2.014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso II da Lei Municipal nº 3.763, de 21 de novembro de 2.013;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos, no setor de contabilidade do serviço de Finanças da Prefeitura Municipal de Descalvado, crédito adicional suplementar a seguinte dotação:

020403	Divisão de Controle e Gestão Ambiental			
020403.18.542.02612.087	Manut. Atividades – Controle e Gestão Ambiental			
33903900	Outros Serv. De Terceiros – Pessoa Jurídica	01	230	R\$ 30.000,00
		TOTAL		R\$ 30.000,00

Art. 2º - O crédito adicional suplementar constante do artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

020404	Divisão de Recursos Hídricos		
020404.18.544.02622.088	Manut. Atividades – Rec. Hídricos		
33903000	Material de Consumo	01 239	R\$ 30.000,00
TOTAL			R\$ 30.000,00

Art. 3º - Ficam alterados e readequados nos Anexos II e III do Plano Plurianual de Investimentos 2.014/2.017, aprovado pela Lei nº 3.724, de 28/08/2.013 e nos Anexos V e VI da Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 3.735, de 28/08/2.013, os respectivos programas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 31 dias do mês de Março de 2014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, aos 31 de Março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 87/2014

DISPÕE SOBRE SUSPENSÃO PREVENTIVA DO SERVIDOR PÚBLICO ANTONIO APARECIDO RISCHINI

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 106 da Lei nº 3.276, de 28 de abril de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a suspensão preventiva do servidor público Antonio Aparecido Rischini, pelo período de trinta dias (30), a contar do dia 06 de março de 2.014, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 06 de março de 2.014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 06 de março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 88 /2.014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO DE LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO NA FORMA QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para o cargo de livre provimento em comissão, a contar desta data, como Chefe da Seção de Licitação, o Sr. MARCELO AUGUSTO MONZANI, portador da CTPS número 35.304, Série 00165.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria 50/2012.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 06 dias do março de 2.014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 06 de março de 2014

Dr. Sílvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 89/2.014

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE NOMEAÇÃO PARA CARGO DE LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a nomeação de **SANDRA ROBERTA LEMES**, portadora da CTPS número 10.948, Série 00268 SP, para os cargo de livre provimento em comissão de Assessor Administrativa, nomeada através da Portaria número 73/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 10 dias do mês de março de 2.014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 10 de março de 2.014.

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 90/2014

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, COMO PREGOEIROS, EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE PRE-GÃO, PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando a utilização da modalidade de Licitação denominada Pregão, regulamentada no Decreto Municipal nº 3203, de 29 de maio de 2008, em atendimento à Constituição Federal, Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002 e Lei Orgânica deste Município, e ainda, considerando a formação em cursos específicos para esta atividade, de outros servidores públicos, de modo a dinamizar e proporcionar maior eficiência aos serviços públicos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar como “PREGOEIROS” para os trabalhos pertinentes as licitações, objetivando a aquisição de bens e serviços comuns, na modalidade Pregão, a serem realizados pelo Poder Executivo deste Município, os seguintes servidores:

- I** – Edson Roberto Pierobon Moreira;
- II** – Oswaldo Aparecido Motta;
- III** – Ricardo Pereira Neto
- IV** – Rafael Peterossi Pardini;
- V** – Marcelo Augusto Monzani;

Art. 2º - São atribuições dos PREGOEIROS:

- I** – análise e julgamento de impugnações ao edital do pregão;
- II** - a condução da sessão pública do pregão;
- III** – o recebimento das propostas de preços conforme edital ou aviso específico e da documentação de habilitação;
- IV** – a recepção, a abertura das propostas de preços, o seu exame e classificação, bem como a condução dos procedimentos relativos à indicação de quais os licitantes que poderão oferecer novos lances e definir propostas de menor preço;
- V** – a abertura e análise da documentação do licitante vencedor;
- VI** – a documentação do processo licitatório respectivo, com todos os atos essenciais do pregão, com vista à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle;
- VII** – o processamento dos recursos interpostos e encaminhamento à decisão pela autoridade superior competente;
- VIII** – o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a classificação, à autoridade superior, visando a adjudicação do objeto ao vencedor, a homologação e a contratação; e
- IX** – a prática dos demais atos pertinentes ao procedimento.

Parágrafo único – Interposto recurso, o Pregoeiro poderá reformar a sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente para decidir.

Art. 3º – As funções dos Pregoeiros não serão remuneradas, contudo, consideradas de relevante serviço público, ficando os Pregoeiros dispensados de suas atividades do emprego efetivo ou comissionado, quando do exercício da função atribuída por esta Portaria.

Art. 4º - A coordenação dos serviços a serem prestados pelos Pregoeiros é atribuída ao Diretor da Divisão de Licitações e Patrimônio, ou ao titular de outra unidade administrativa que venha substituir esta, competindo ao presidente além do exercício da atividade de pregoeiro:

- I** – designar a participação de um ou mais

pregoeiro para cada Pregão;

II – fiscalizar as atividades, representando eventual irregularidade à Autoridade Superior competente;

III – implantar escalas de pregoeiros quando verificar a necessidade;

IV – exercer todas as demais atividades pertinentes à coordenação, assessoramento, e execução dos atos relativos à função de pregoeiros juntamente aos designados por esta Portaria.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se, a contar desta data, as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 105, de 02 de setembro de 2009.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 10 dias do mês de março de 2.014

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 10 dias do mês de MARÇO de 2014.

SILVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO
PORTARIA Nº 91/2014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, atendendo solicitação de Servidor e a Seção de Recursos Humanos e em conformidade com os artigos 49 e seguintes da Lei nº 3276, de 28 de abril de 2.010;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio em descanso ao servidor **WILSON JOSÉ GALLO**, portador da CTPS nº 27989, Série 0100, por 04 (quatro) dias, a partir do dia 11 até 14 de março do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 04/03/2007 a 03/03/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 10 dias do mês de março de 2.014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 10 de março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO
PORTARIA Nº 92 /2.014

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DA

MUNICIPALIDADE DE DESCALVADO JUNTO À SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS NA FORMA QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, como representante da Prefeitura Municipal de Descalvado junto à Secretaria de Direitos Humanos, a Srª Rosângela Filomena Clemente do Nascimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 10 dias do março de 2014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 10 de março de 2014

Dr. Sílvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 93 / 2014**

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA OBJETIVANDO A APURAÇÃO DE FATOS RELATIVOS AO FURTO DA MÁQUINA W20B, PÁ CARREGADEIRA, DA COR AMARELA, DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 102 e seguintes da Lei número 3.276, de 28 de abril de 2010 e Decreto 3.964, de 26 de abril de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa objetivando apurar responsabilidade em razão de furto de uma máquina W20B, ano de fabricação 1.986, pá carregadeira, da cor amarela, com brasão impresso da Prefeitura Municipal, ocorrido em data de 30 de janeiro de 2014, subtraída no Sítio “Palmital”, onde estava armazenada para a realização de serviços.

Art. 2º - Fixar como objetivo da Comissão:

I. atestar ou não a necessidade da máquina pá carregadeira permanecer guardada na propriedade rural denominada Sítio “Palmital”;

II. verificar no Setor do Almoxarifado Municipal em que consistia os trabalhos realizados com a máquina pá carregadeira na indigitada propriedade rural;

III. verificar se os serviços realizados com a máquina na propriedade era para a retirada de cascalho e se este material era utilizado para a Prefeitura Municipal em benefício da coletividade;

IV. Verificar se o local onde permanecia a pá carregadeira era de difícil acesso e provido de cercas e fechos;

V. verificar se foi aberto Inquérito Policial na Delegacia de Polícia e seu andamento investigatório;

VI. indicar eventual infração ou omissão administrativa e norma transgredida;

VII. identificar o(s) autor(es) de eventual omissão ou infração e dano ao Erário Público e para terceiros;

VIII. proceder com a oitiva de Fábio Luis Perissotto, Chefe da Seção de Frota e José Carlos Vancetto, Chefe da Seção de Estradas Municipais;

IX. concluir os trabalhos no prazo de trinta (30) dias, a contar desta data, podendo o prazo ser prorrogado por um único e igual prazo, mediante justificativa expressa da Presidência da Comissão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Descalvado, 13 de março de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal de Descalvado

Publicada no Paço Municipal, aos 13 de março de 2014

SÍLVIO BELLINI
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 94/2014**

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO DE LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO NA FORMA QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para o cargo de livre provimento em comissão, a contar desta data, como Assessor Administrativo, junto à Secretaria de Educação e Cultura, o Sr. **EVERTON GALLO**, portador da CTPS número 033714/ Série 00320.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 17 dias do março de 2014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 17 de março de 2014

Dr. Sílvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 95/2.014**

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA CARGO DE LIVRE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado em exercício, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para o cargo de livre provimento em comissão de Assessor Administrativo, o Sr. FÁBIO JOSÉ JÓ, portador da CTPS nº 34256, série 239ª.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 17 dias do mês de Março de 2.014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 17 de Março de 2.014

Dr. Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 96/2.014**

CONSTITUI O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - FMADS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no artigo 4º da Lei Municipal nº 3.010, de 16 de Abril de 2.009, ante a necessidade de adequação para cumprimento integral da mesma,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir o Conselho de Administração do Fundo Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, criado no âmbito do Município de Descalvado, por intermédio da Lei Municipal nº 3.010, de 16 de Abril de 2.009, designando para sua composição, os membros na forma da respectiva representação:

I – do Poder Executivo, Sr. Valdecir Luis Marcolino;

II – do Conselho Municipal do Meio Ambiente – CONDEMA, Sra. Joyce Cristina Tessarim;

III – da 163ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Cristiano Malheiro do Nascimento;

IV – da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Descalvado, Sr. Décio do Amaral;

V – do Sindicato Rural de Descalvado, Sr. Luiz Antonio Fioroni;

VI – das entidades ambientais não governamentais, Sr. Félix Aquino Favareto.

Art. 2º - As funções dos membros do Conselho de Administração de que trata esta Portaria não serão remuneradas, contudo, de relevante função social.

Art. 3º - O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, a contar desta data, permitida a recondução.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 17 dias do mês de Março de 2.014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, em 17 de Março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 97/2.014**

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE, DE QUE TRATA A PORTARIA Nº 45/2.013, DE 06 DE MARÇO DE 2.013.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando solicitação da Secretaria de Educação e Cultura por ato do Ofício SEEC nº 291/14, ante a necessidade de proceder a substituição de membros,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar em substituição aos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, as seguintes pessoas:

I – Geny Prescinotti Mayese, em substituição à Maria das Dores Stoppa Francisco;

II – Simone Cristina Pizza Fregonesi, em substituição à Andrezi Tatiana Norde Vieira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, em 17 de Março de 2.014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, em 17 de Março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 98/2.014****DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA QUE ESPECIFICA**

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando concordância da Secretaria de Educação e Cultura e de conformidade com o art. 56 e seguintes da Lei nº 3.276, de 28 de abril de 2.010;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, a pedido, licença para tratar de interesses particulares, sem vencimentos à Servidora **Luciane de Fátima Bertini**, portadora da CTPS nº 45.652, série 00199ª, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 17 de Março de 2.014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 17 de Março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 99/2014****CONSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA**

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando necessidade de adequação da Comissão Municipal de Avaliações;

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir a Comissão Municipal de Avaliação, destinada a proceder avaliação de bens móveis e imóveis de interesse da Municipalidade, designando para sua composição, sob a presidência da primeira, as seguintes pessoas:

- I – Fábio Pinese Melki;
- II – José Antônio Colussi Neto.

Art. 2º - Fixar o prazo de vigência do mandato dos membros que integram a Comissão em 02 (dois) anos, contados desta data, consignando que embora as funções exercidas pelos membros não sejam remuneradas, são consideradas de relevante interesse público.

Art. 3º - Externar a gratidão da administração pública ante relevantes serviços prestados pelos anteriores membros desta Comissão.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 17 dias do mês de março de 2.014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 17 de março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 100/2014****CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA**

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, atendendo solicitação de Servidores e da Seção de Recursos Humanos e em conformidade com os artigos 49 e seguintes da Lei nº 3276, de 28 de abril de 2.010;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio em descanso ao servidor público **Vander Rogério Vieira**, portador da CTPS nº 68987, série 00069ª, por 05 (cinco) dias a contar de 24 de Março do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 17 de julho de 2.006 à 16 de julho de 2.011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 20 dias do mês de março de 2.014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 20 de março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO**PORTARIA Nº 101/2.014****DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, À SERVIDORA ANITA ALBAQUER, NA FORMA QUE ESPECIFICA**

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 42, inc. I, cc. com o art. 46 da Lei nº 3.276, de 28 de abril de 2.010, considerando solicitação da Seção

de Recursos Humanos por ato do Ofício DRH nº 132/14;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, a pedido, licença por motivo de doença em pessoa da família, à Sra. **Anita Albuquerque**, portadora da CTPS nº 45467, série 00199ª, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 18 de março do corrente ano.

Art. 2º - A Licença de que trata o artigo anterior, nos termos do artigo 46, § 3º e inciso III é concedida sem remuneração a partir do sétimo ao vigésimo quarto mês.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o inciso I do artigo 1º da Portaria nº 60/2013, de 25 de março de 2013.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 20 dias do mês de Março de 2014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 20 de Março de 2014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 102 /2014

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO TEMPORÁRIA A SERVIDOR PÚBLICO NA FORMA QUE ESPECIFICA

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, atendendo pedido do Secretário de Saúde e constatando a excepcional necessidade em atribuir encargo de maior responsabilidade a Servidor Público dentro da mesma Unidade, conforme Art. 79 e §§, da Lei nº 3.276, de 28 de abril de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de função à Servidora **VIANE DE CÁSSIA CAVALCANTE PIZETTA**, portadora da CTPS nº 28000, Série 00100, portadora do R.G. número 27.877.343-6, inscrita no CPF sob nº 177.730218-80, pelo prazo de 01 (um) ano, atendidas as disposições constantes do Art. 79 e parágrafos da Lei nº 3.276, de 28 de abril de 2010.

Art. 2º - A gratificação de função será devida no montante de 20% (vinte por cento) do valor da referência salarial básica do emprego enfermeira, na coordenação dos PSF'S, enquanto no efetivo desempenho de suas atividades, que consistem:

I – responsabilizar-se pela coordenação de todas as Unidades do Programa de Saúde da Família

II – organizar e direcionar as reuniões de equipe, usando ferramentas de educação permanente para motivar a equipe para o trabalho e desenvolver ações para uma melhor qualidade do serviço oferecido à população;

III – gerenciar e orientar as gestoras da unidade, organizando seu fluxo de atendimento e exercendo a responsabilidade sobre os funcionários;

IV – promover a articulação das ações da atenção básica com outros setores como Saúde Mental, Centro Odontológico, Centro de Saúde, CRATS, PSFs, e demais unidades de outras secretarias;

V – trabalhar nas questões que surgem de relacionamento na equipe;

VI – motivar a equipe de trabalho;

VII – participar de reuniões, quando convocada, especialmente as da Secretaria de Saúde, do Conselho Municipal de Saúde e nas demais para que for designada;

VIII – orientar e supervisionar o fechamento mensal das atividades realizadas pelo Programa Saúde da Família;

IX – fomentar a Secretaria de Saúde de todos dados relativos aos Programa Saúde da Família, inclusive para realização de Audiências Públicas.

Art. 3º - Cessarão os efeitos da concessão da gratificação de função:

I – por expressa revogação;

II – tacitamente quando:

a) os gastos com pessoal atingir o limite prudencial;

b) criado cargo ou emprego que contemple as responsabilidades estabelecidas nesta Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2014.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 27 dias do mês de março de 2014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 27 de março de 2014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 103/2014

DESIGNA GESTOR RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO CELEBRADO COM A SECRETARIA ESTADUAL DE EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO - BANCO DO POVO PAULISTA, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade em regularizar a designação de Gestor Responsável pela execução do Convênio celebrado com a Secretaria Estadual de Emprego e Relações do Trabalho objetivando o desenvolvimento das atividades do Banco do Povo Paulista;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **LEANDRO FRANCISCO GOMES CARDOSO**, Secretário de Administração, portador da CTPS nº 10964, série 00268ª e da Cédula de Identidade nº 42.389.487-0 como Gestor Responsável pela execução do Convênio “Banco do Povo Paulista”.

Art. 2º - Fica, ainda, delegada competência ao Servidor para

cumprir e fazer cumprir todas as obrigações do Município estabelecidas no respectivo Convênio e Termos Aditivos.

Art. 3º - A designação embora não seja remunerada, à exceção da percepção dos vencimentos normais do emprego por ele exercido, são atividades consideradas de relevante interesse público.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 27 dias do mês de Março de 2.014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal em 27 de Março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 104/2.014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E EXTERNA GRATIDÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO SERVIDOR HENRIQUE CESTARO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e considerando que o inciso II, § 1º do Artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de Dezembro de 2.003 estabeleceu a aposentadoria compulsória aos Servidores Públicos, atendendo ao que solicitado pela Seção de Recursos Humanos por intermédio do ofício DRH nº 108/14,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar do cargo público de provimento efetivo de Operador de Máquina o servidor **HENRIQUE CESTARO**, portador da CTPS nº 91.983, série 185ª, considerando a previsão da Aposentadoria Compulsória nos termos do inciso II, parágrafo 1º do Artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 2º - Externar a gratidão desta Administração Pública ante os relevantes serviços prestados ao Poder Executivo e a toda comunidade descaltadense.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de março do corrente ano.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 28 de Março de 2.014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 28 de Março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 105/2.014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, neste Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, considerando solicitação da Seção de Recursos Humanos, em conformidade com os artigos 49 e seguintes da Lei nº 3.276, de 28 de Abril de 2.010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio em descanso aos servidores desta Administração Pública, a seguir relacionados e na forma especificada:

I – Sandra Mierro Patracão, portadora da CTPS nº 45278, série 199ª, de 10 (dez) dias, usufruídos a contar de 17 de março do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 25/03/2007 à 24/03/2012, remanescendo 70 (setenta) dias;

II – Rosana Aparecida Abacker, portadora da CTPS nº 75208, série 00069ª, de 15 (quinze) dias, usufruídos a partir de 10 de março do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 26/01/2006 à 25/01/2011, remanescendo 45 (quarenta e cinco) dias;

III – Valdinéia Gonçalves da Fonseca Boneli, portadora da CTPS nº 39635, série 044ª, de 30 (trinta) dias, usufruídos a partir de 20 de março do corrente ano, referente ao período aquisitivo de 04/03/2007 à 03/03/2012, remanescendo 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 28 de Março de 2.014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 28 de Março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 106/2.014

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e considerando necessidade de substituição de membro de referida Comissão;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **Waldir Bortoletto** para substituir Sr. Fábio Pinese Melki junto à Comissão Municipal de Avaliação de que trata a Portaria nº 99/2014, de 17 de março de 2.014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado, em 28 de março de 2.014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, em 28 de março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 107/2.014

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao ofício RH nº 154/14, ante solicitação da servidora, com anuência da Secretaria de Saúde, onde está lotada a servidora, em conformidade com o artigo 46 da Lei nº 3.276, de 28 de Abril de 2.010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora **Daniela Ribaldo Gentil Bento da Fonseca**, portadora da CTPS nº 63093, série 069ª, licença por motivo de doença de seu descendente, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 20 de março de 2.014, nos termos do artigo 46 da Lei nº 3.276, de 28 de Abril de 2.010, atendidas as disposições aplicáveis à espécie.

Art. 2º - A Licença de que trata o artigo anterior, nos termos do artigo 46, § 3º e inciso III é concedida sem remuneração a partir do sétimo ao vigésimo quarto mês.

Art. 3º - Decorrido o prazo da licença concedida, deverá a servidora reassumir suas funções junto à Secretaria de Saúde imediatamente no dia posterior ao término do benefício.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de março de 2.014.

Prefeitura do Município de Descalvado, aos 28 de Março de 2.014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 28 de Março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 108/2.014

DÁ NOVA COMPOSIÇÃO AO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – C.M.A.S., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS QUE ESPECIFICA.

Henrique Fernando do Nascimento, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.581, de 27 de dezembro de 1.995, alterada pela Lei nº 3.404, de 15 de fevereiro de 2.011 e considerando a necessária formalização da constituição do Conselho e eleição da Diretoria;

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir o Conselho Municipal de Assistência Social – C.M.A.S., designando para sua composição e sob a forma de representatividade de classes, as seguintes pessoas:

§ 1º - do Poder Público:

I – da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social:

- a) Rosângela Filomena Clemente do Nascimento – titular;
- b) Cilmara Luiza Batista – suplente – Vice-Presidente;
- c) Célia Maria Corsi Antico – titular - Presidente;
- d) Mariana Galetti Prata – suplente;

II – da Secretaria de Saúde:

- a) Ercília Maria Custódio Recco - titular;
- b) Andressa Ferronato - suplente;

III – da Secretaria de Educação e Cultura:

- a) Marco Antonio Pratta – titular;
- b) Ângela Valéria Rosa Vianna Fava – suplente – 1ª Secretária;

IV – da Procuradoria Geral do Município:

- a) Karoline Pinheiro de Oliveira – titular;
- b) Silvio Bellini - suplente;

V – da Secretaria de Finanças:

- a) Luis Antonio Segatto - titular;
- b) Vinicius Cabianca Rodrigues Leite – suplente.

§ 2º - da Sociedade Civil:

I – das Associações de Bairro:

- a) Paulo Roberto de Almeida - titular;
- b) Eduardo Tonani – suplente;
- c) Maria Cristina Cruz Comin – titular;
- d) Roseli Aparecida Pistori da Silva – suplente;

II – das Entidades Filantrópicas:

- a) Geny Prescinotti Mayese – titular;
- b) Eliana Choupina Rego de Mello – suplente;
- c) Fukuyo Uemura Kunimi – titular;
- d) Maria Martha Ferreira Santana – suplente;

III – dos Usuários do CRAS e Bolsa Família:

- a) Catarina A. Paulino Zapeloni – titular;
- b) Priscila Romão – suplente;
- c) Nair da Silva – titular;
- d) Ana Paula da Silva – suplente.

Art. 2º - Fixar o prazo de 02 (dois) anos para a vigência do mandato do Conselho ora constituído, consignando que, embora não remuneradas as funções, são consideradas como de serviço público relevante.

Art. 3º - Externar a gratidão da Administração Pública aos anteriores integrantes do Conselho ora constituído, face os relevantes serviços prestados.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 26/2.013, de 22 de janeiro de 2.013 e alterações posteriores.

Prefeitura do Município de Descalvado, em 28 de março de 2.014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal, aos 28 de março de 2.014

Silvio Bellini
Procurador Geral do Município

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº. 003/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/14

Objeto: Registro de Preços, para eventuais aquisições parceladas de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) tipo P-13 e P-45, com acondicionamento em botijão, por um período de 12 (doze) meses, para as Secretarias Municipais.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe conforme segue: lote nº 01 no valor total de R\$ 91.900,00 (noventa e um mil e novecentos reais), para a empresa Albieri & Fregonezi Ltda. EPP.

Descalvado, 10 de março de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº. 004/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/14

Objeto: Registro de Preços, para eventuais aquisições parceladas de materiais, sendo: Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ), Emulsão Asfáltica Rm1C, Pedras Britadas, Cal, Areias e Cimento Portland CII-32, para a Prefeitura Municipal de Descalvado, São Paulo.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe conforme seguem: lotes nº 04 e 05 no valor total de R\$ 63.700,00 (sessenta e três mil e setecentos reais), para a empresa Cimento Rio Comércio e Representações de Materiais de Construção Ltda.; lote nº 07 no valor total de R\$ 355.800,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos reais), para a empresa EMAM – Emulsões e Transportes Ltda.; lotes 02 e 11 no valor total de R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais), para a empresa Flex Comércio e Representações Ltda.; lotes nº 09 e 10 no valor total de R\$ 21.550,00 (vinte e um mil, quinhentos e cinquenta reais), para a empresa Pedreira Carraschoza Ltda.; lotes 01,03 e 08 no valor total de R\$ 34.060,00 (trinta e quatro mil e sessenta reais), para a empresa Stavias Stanoski Terraplenagem, Pavimentação e Obras Ltda. e lote nº 06 no valor de R\$ 591.500,00 (quinhentos e noventa e um mil e quinhentos reais) para a empresa Terrapac Engenharia Ltda.

Descalvado, 10 de março de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº. 005/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/14

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (hortifrutis), por um período de 06 meses, para o Serviço Municipal de Alimentação Escolar.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe conforme seguem: lotes nº 02,04 e 05 no valor total de R\$ 28.943,50 (vinte e oito mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos), para a empresa Ademir José Mazaro – ME e lotes nº 01 e 03 no valor total de R\$ 10.776,00 (dez mil, setecentos e setenta e seis reais), para a empresa Mapa Comercial e Distribuidora Ltda.

Descalvado, 10 de março de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº. 010/14

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/14

Objeto: Contratação de empresa/profissional especializado em Língua Brasileira de Sinais – Libras (intérprete).

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe conforme segue: lote nº 01 no valor total de R\$ 31.815,00 (trinta e um mil, oitocentos e quinze reais), para a empresa Juliana Factor 42227203803.

Descalvado, 17 de março de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**PROCESSO Nº.012/14****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/14**

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviço de mão-de-obra de limpeza, recolhimento de entulhos e materiais que sejam possíveis criadouros de animais peçonhentos e do mosquito transmissor da dengue, nas ruas da cidade de Descalvado, São Paulo.

Em conformidade com as disposições contidas na legislação vigente, fica HOMOLOGADA, a Licitação em epígrafe conforme segue: lote nº 01 no valor total de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), para a empresa Alves Corrêa & Corrêa Ltda. ME.

Descalvado, 20 de março de 2.014.

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Despachos do Chefe de Seção de 05-03-2014**=Produção Equipe mês 02/2014:**

Produção Equipe mês Fevereiro/2014 (complexidade básica)	Total
Comércio de gêneros alimentícios	41
Coleta de água para consumo humano - PROÁGUA	09
Habitação	20
Terreno baldio	106
Inspeção Lei Estadual nº 14.592, de 19 de outubro de 2011 (álcool)	41
Inspeção Lei Estadual nº 13.541, de 07 de maio de 2009 (tabaco)	43
Total	260

Produção Equipe mês Fevereiro/2014 (complexidade média)	Total
Drogaria	01
Total	01

Produção Equipe mês Fevereiro/2014 (complexidade alta)	Total
Farmácia	01
Total	01

Documentos expedidos – mês Fevereiro/2014	Total
Termo de Inutilização	02
Auto de Infração	09
Laudo Técnico de Avaliação	01

Procedimentos internos – mês Fevereiro/2014	Total
Atendimento ao usuário - Orientação	160
Atendimento ao usuário - Reclamação	139
Análise de Processos	146

Participação em eventos – mês Fevereiro/2013	Total
Dia 05 – Reunião GVS XII - Araraquara	
Dia 20 – Reunião CONDEMA	
Dia 24 – Reunião GVS XII - Araraquara	

Despachos do Chefe de Seção, de 06-03-2014**=Autos de Infração expedidos:**

-Proc.1196/2014- M. Politano Imobiliária e Participação Ltda – Auto

de Infração nº 2533 – série AB – Por estar com os imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Jaime O. Goes, quadra R, lotes 12 e 13, bairro Tamanduá, em precárias condições de conservação. O referido Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento, tendo em vista a empresa autuada estar localizada em outro município. Portanto, fica concedido à autuada, o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.1197/2014- Bosque do Tamanduá - Auto de Infração nº 2534 – série AB – Por estar com os imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Genésio Rodolfo, quadra G, lotes 12, 13 e 14, bairro Tamanduá, em precárias condições de conservação. O referido Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento, tendo em vista a empresa autuada estar localizada em outro município. Portanto, fica concedido à autuada, o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

=Processos arquivados:

-Proc.0146/2014- Cemara Negócios Imobiliários Ltda – Tendo em vista ter providenciado a limpeza nos imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Orlando Costa, quadra D, lotes 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 16, 17 e 18, bairro Bosque do Tamanduá.

-Proc.0147/2014- M. Politano Imobiliária e Participação Ltda - Tendo em vista ter providenciado a limpeza nos imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Orlando Costa, quadra C, lotes 43 e 46, bairro Bosque do Tamanduá.

-Proc.0149/2014- Cel engenharia Ltda - Tendo em vista ter providenciado a limpeza nos imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Ayres dos Santos, quadra D, lotes 34, 35, 36, 37, 38 e 39, bairro Bosque do Tamanduá.

-Proc.0150/2014- M. Politano Imobiliária e Participação Ltda - Tendo em vista ter providenciado a limpeza nos imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Ayres dos Santos, quadra D, lotes 40, 41 e 44, bairro Bosque do Tamanduá.

-Proc.0151/2014- Cemara Negócios Imobiliários Ltda - Tendo em vista ter providenciado a limpeza nos imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Ayres dos Santos, quadra D, lotes 45, 46, 47, 48, 49 e 50, bairro Bosque do Tamanduá.

Despachos do Chefe de Seção, de 07-03-2014**=Processo arquivado:**

-Proc.0096/2014- Mineração Jundu – Tendo em vista ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua João Fernando Villa, s/nº, bairro Santa Cruz.

=Auto de Imposição de Penalidade de Multa expedido:

-Proc.0652/2014- Dirceu Luiz Monzani ME – Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0879 – série AK – Por ter pessoa (próprio proprietário) consumindo produto fumígeno em local proibido (ambiente de uso coletivo). Fica concedido à firma autuada, o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da ciência do referido Auto, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

=Renovação de Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária deferida:

-Proc.0917/2014- Huma Transporte e Logística Ltda – EPP – Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária nº 351370206-493-000010-2-3 para a atividade de Transporte rodoviário de cargas – exceto produtos perigosos e mudanças – validade até 31-05-2015.

Despachos do Chefe de Seção, de 10-03-2014**=Termo de Inutilização expedido:**

-Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Descalvado – Termo de Inutilização nº 0665 – série AE – Medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98) com os prazos de validade expirados.

=Autos de Infração expedidos:

-Proc.1241/2014- Jorge Nery de Oliveira Filho – Auto de Infração nº 2536 – série AB – Por estar com os imóveis de sua propriedade, localizados à Rua Nelson Luiz Villa, quadra H, lote 18, à Rua Nelson Luiz Villa, quadra F, lote 13 e à Rua Sebastião Roberto Traldi, quadra F, lote 14, todos no bairro Parque Universitário, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento, tendo em vista o autuado residir em outro município. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.1242/2014- José Eugenio Costa – Auto de Infração nº 2537 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Nelson Ruiz, quadra C, lote 02, bairro Parque Universitário, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento, tendo em vista o autuado residir em outro município. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

Despachos do Chefe de Seção, de 11-03-2014

=Termo de Inutilização expedido:

-Marquezi & Meletti Ltda ME – Termo de Inutilização nº 0666 – série AE – Inutilizado 2,5415 g do produto Cloxazolan – lote 1203003131, por estar com o prazo de validade expirado (28-02-2014).

=Auto de Imposição de Penalidade de Multa expedido:

-Proc.0094/2014- Maria José Ruy – Auto de Imposição de Penalidade de Multa nº 0880 – série AK, por não ter providenciado a limpeza no imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Fernando Zaffalon, quadra J – lote 13, bairro Jardim Bela Vista. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido à autuada o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para interposição de recurso ou pagamento da multa imposta.

=Renovação de Licença de Funcionamento deferida:

-Proc.0933/2014- Dedetizadora e Desratizadora Uni Limpe de Descalvado Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-812-000003-1-0 para a atividade de Controle de Pragas urbanas – validade até 28-02-2014 – Responsável Técnico: Orivaldo Donizeti dos Santos, engenheiro agrônomo inscrito no CREA/SP sob o nº 260356699-7.

Despachos do Chefe de Seção, de 14-03-2014

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.1181/2014- Waldomiro Franzin – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-960-000009-1-4 para a atividade de Outras atividades de tratamento de beleza – validade até 28-02-2015.

-Proc.1205/2014- Rosilene Maria dos Santos 14784458824 – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-960-000098-1-8 para a atividade de Outras atividades de tratamento de beleza – validade até 28-02-2015.

-Proc.1356/2014- Carlos Henrique Patrão 30222356820 – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-960-000076-1-7 para a atividade de Outras atividades relacionadas à saúde – validade até 28-02-2015.

Despachos do Chefe de Seção, de 17-03-2014

=Auto de Infração expedido:

-Proc.1401/2014- Carlos Roberto Falcaro – Auto de Infração nº 2538 – série AB – Por ter jogado lixo de jardinagem em terreno localizado nas proximidades da Rua Altino Carlito Francisco, nº 198, bairro Jardim São Francisco, conforme Boletim de Ocorrência nº 5605/14. O referido Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

Despachos do Chefe de Seção, de 18-03-2014

=Processo arquivado:

-Proc.0933/2014- Dedetizadora e Desratizadora Uni Limpe de Descalvado Ltda ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Controle de pragas urbanas..

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.0918/2014- Descalmed S/C Ltda – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-863-000032-1-2 para a atividade de Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares – validade até 31-03-2015 – Responsável Técnico: Walter Paganotto Filho, médico inscrito no CRM/SP sob o nº 59.711.

-Proc.1206/2014- Gisele Maria da Silva Bozi 27825694813 – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-960-000080-1-0 para a atividade de Outras atividades de tratamento de beleza – validade até 28-02-2015.

=Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.1207/2014- Carina Mancini Fabrício de Sousa 30298168855 – Licença de Funcionamento nº 351370206-960-000145-1-6 para a atividade de Atividades de estética e outros serviços de cuidados de beleza – validade até 28-02-2015.

-Proc.1387/2014- Kirchner da Silva Serviços Médicos S/S – Licença de Funcionamento nº 351370206-863-000138-1-1 para a atividade de Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares – validade até 31-03-2015 – Responsável Técnico: Luiz Gonzaga Fortunato da Silva, médico inscrito no CRM/SP sob o nº 24.450 – Responsável Técnico Substituto: Samantha Kirchner da Silva, médica inscrita no CRM/SP sob o nº 126.776.

=Alteração de Razão Social e assunção de responsabilidade técnica deferida:

-Proc.1386/2014- Descalmed Ltda ME – Licença de Funcionamento nº 351370206-863-000032-1-2 para a atividade de Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares – validade até 31-03-2015 – Responsável Técnico: Juliana Schmidt Encimas, médica inscrita no CRM/SP sob o nº 78.209.

Despachos do Chefe de Seção, de 20-03-2014

=Assunção de Responsabilidade Técnica deferida:

-Proc.4110/2013- Darevi Descalvado Ajudando na Recuperação da Vida – Assunção de Responsabilidade Técnica de Danielle Alesandra Penteado, fisioterapeuta inscrita no CREFITO/SP sob o nº 180623-F – Atividade de Casas de apoio para dependentes químicos.

=Alteração de Razão Social deferida:

-Proc.0739/2014- Empreendimento Hoteleiro Paraíso Ltda ME – Li-

cença de Funcionamento nº 351370206-561-000094-1-5 para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares – validade até 31-05-2015.

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.0739/2014- Empreendimento Hoteleiro Paraíso Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-561-000094-1-5 para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares – validade até 31-05-2015.

-Proc.0919/2014- Darevi Descalvado Ajudando na Recuperação da Vida – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-872-000002-1-3 para a atividade de Casas de apoio para dependentes químicos – validade até 31-05-2015 - Responsável Técnico: Danielle Alessandra Penteado, fisioterapeuta inscrita no CREFITO/SP sob o nº 180623-F – Responsável Técnico Substituto: Bruna Lara Favoreto Monzani, psicóloga inscrita no CRP/SP sob o nº 104.495.

Despachos do Chefe de Seção, de 21-03-2014**=Processos arquivados:**

-Maria Fernanda Penteado Gabrielli ME – Tendo em vista inutilização de medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98), por estarem com os prazos de validade expirados.

-Santa Casa de Misericórdia de Descalvado - Tendo em vista inutilização de medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98), por estarem com os prazos de validade expirados.

-Marquezi & Meletti Ltda ME – Tendo em vista inutilização de produto sujeito a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98), por estar com o prazo de validade expirado.

Despachos do Chefe de Seção, de 24-03-2014**=Processo arquivado:**

-Proc.6086/2013- Sarah Stoppa Zago Restaurante ME – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Restaurantes e similares.

=Renovações de Licenças de Funcionamento deferidas:

-Proc.0932/2014- Wanessa Ferraz Patrção ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-960-000041-1-1 para a atividade de Atividades de estética e outros serviços de cuidados de beleza – validade até 28-02-2015.

-Proc.1229/2014 – Faria & Bordini Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-477-000006-1-2 para a atividade de Comércio varejista de artigos de ótica – validade até 31-03-2015 – Responsável Técnico – Sandra Joanie Bordini, inscrição nº 560473.

-Proc.1525/2014- Academia de Ginástica Acqua Stylu's Ltda ME – Renovação da Licença de Funcionamento nº 351370206-931-000002-1-3 para a atividade de Atividades de condicionamento físico – validade até 31-03-2015 – Responsável Técnico: Natália Cristina Magno, Professor de Educação Física inscrita no CRF/SP nº 0290039-G/SP.

Despachos do Chefe de Seção, de 25-03-2014**=Autos de Infração expedidos:**

-Proc.1557/2014- Carlos Alberto Refinetti Moreira – Auto de Infração nº 2539 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Odair Ferraz, quadra B, lote 04, bairro Jardim Cambará, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento, tendo em vista dificuldade de localizar o autuado. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.1578/2014- Rosilene Aparecida Marinelli – Auto de Infração

nº 2540 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Dr. Carlos O. Wood de Faria, quadra C, lote 33, bairro Alto da Boa Vista, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido ao autuado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

-Proc.1579/2014- Márcio Francisco do Nascimento & Cia Ltda ME – Auto de Infração nº 2541 – série AB – Por estar com o imóvel de sua propriedade, localizado à Rua Sebastião Roberto Traldi, quadra D, lote 03, bairro Parque Universitário, em precárias condições de conservação. Este Auto foi encaminhado por Carta Registrada com Aviso de Recebimento. Portanto, fica concedido à firma autuada o prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, para apresentação de defesa ou impugnação do Auto em questão.

=Processos arquivados:

-Proc.3022/2012- Choperia Marini & Cia Ltda ME – Tendo em vista regularização da Licença de Funcionamento para a atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas.

-Proc.4379/2013- Celso Toshiharu Okano – Tendo em vista regularização da Licença de Funcionamento para a atividade de Atividade médica ambulatorial restrita a consultas.

Despachos do Chefe de Seção, de 26-03-2014**=Processos arquivados:**

-Proc.1066/2013- Roseli Landgraf 09503595830 – Tendo em vista deferimento da Licença de Funcionamento para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares.

-Proc.0917/2014- Huma Transporte e Logística Ltda EPP – Tendo em vista deferimento da renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Transporte rodoviário de cargas.

=Termo de Inutilização expedido:

-Prefeitura do Município de Descalvado – Termo de Inutilização nº 0667 – série AE – Inutilização de medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria SVS/MS nº 344/98), por estarem com os prazos de validade expirados.

Despachos do Chefe de Seção, de 27-03-2014**=Processos arquivados:**

-Proc.0739/2014 – Empreendimentos Hoteleiro Paraíso Ltda ME – Tendo em vista deferimento da Licença de Funcionamento para a atividade de Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares.

-Proc.0919/2014- Darevi Descalvado Ajudando na Recuperação da Vida – Tendo em vista deferimento de renovação da Licença de Funcionamento para a atividade de Casas de apoio para dependentes químicos.

Despachos do Chefe de Seção, de 31-03-2014**=Processo arquivado:**

-Prefeitura do Município de Descalvado – Tendo em vista inutilização de medicamentos com os prazos de validade expirados.

=Processo indeferido:

-Proc.3680/2013- F de Santana Bar ME – Encerramento da atividade de Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas à Rua José Ferreira, nº 1551, bairro Vila Brasil e não houve solicitação de cancelamento do presente processo, no prazo concedido pelo Serviço de Inspeção e Vigilância Sanitária do Município de Descalvado.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO



Ministério da Previdência Social - MPS

Secretaria da Receita Previdenciária - SRP

SISTEMA DE ENVIO DE OBRA - SisobraNet (v1.1.0.1)

RECIBO DE ENTREGA E RELAÇÃO DE ALVARÁS E HABITE-SE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

46.732.442/0001-23

SECRETARIA PLAN. DESENV. OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Cód.Município: 21138

Certificamos que, em cumprimento ao Artigo 50 da Lei 8212/91 com redação dada pela Lei nº 9.476/97 regulamentada pelo Decreto 3.048/99 em seu art 226, §§ 1º e 2º, o órgão descrito acima enviou através do Sistema Sisobra a relação de obras cadastradas, discriminadas abaixo:

Endereço da Obra / Nome do Responsável	CNPJ/CPF	ALVARÁ		HABITE-SE	
		Número	Área	Número	Área
AVENIDA UNIVERSITÁRIA, QUADRA J, LOTE 07, N.. 444 MARCIA MARIA DE ALMEIDA	095.937.108-76	075/2012	42,58	056/2014	42,58
RUA RIVADAVIA LUIZ BRAMBILLA , LOTE 32, QUADRA 09, 32 RENI LOURENCO MACHADO	027.752.338-99	289/2007	98,37	053/2014	98,37
RUA ACRE QUADRA H, LOTE 05, N.. 65 ALDAIR ALVES DE SOUZA	264.037.278-50	019/2006	94,19	048/2014	94,19
RUA PEDRO ALCANTARA CAMARGO N.. 288 MARCOS A.CHARATTI E TEREZA C. O.CHARATTI	979.238.188-00	010/2006	124,23	061/2014	124,23
RUA ANTONIO BIANCHI NETTO Q. H L. 1.3 SN ANDERSON MURILO AP. PEREIRA	312.289.578-19	060/2009	62,36		
RUA 22 DE ABRIL N.. 285 MARIA APARECIDA EDUARDO DE MOURA	930.350.808-44	139/2009	113,30	034/2014	113,30
R. LEOPOLDO S. DE SOUZA Q A, L 15 PARTE B DO L 14 205 ALESSANDRA ANTONINI PEREZ E MAURICIO DE FALCO DE SOUZA	295.295.128-48	056/2013	252,19	059/2014	252,19
RUA JOSE DO NASCIMENTO QUADRA 06, LOTE 08 N.. 171 MATHEUS MORSELI FUZARO	369.483.568-77	170/2013	49,04	046/2014	49,04
RUA ANGELO CERANTOLA, QUADRA B, LOTE 05 N.. 282 REGINALDO SILVEIRA	095.938.368-96	180/2013	40,36		
RUA ANTONIO RICCI, QUADRA J, LOTE 21, N.. 356 WELINTON CRISTIANO COLA	340.836.178-96	182/2013	47,52	042/2014	47,52
RUA PEDRO FRANZIN, QUADRA S, LOTE 02, N.. 21 HENRIQUE MAGNO E CARLA ROBERTA IGNACIO	400.554.918-71	221/2013	50,93	052/2014	50,93
RUA ANTONIO RICCI, QUADRA R, LOTE 07, N.. 565 CATHIA APARECIDA DE SOUTO	340.774.418-89	258/2013	45,50	054/2014	45,50
RUA NELSON LUIZ VILLA, LOTE 27, QUADRA H, N.. 81 GERALDO COSTA	301.959.508-87	285/2013	150,00	058/2014	150,00
RUA ANTONIO RICCI, LOTE 19, QUADRA J, N.. 376 OSWALDO D. DA ROCHA E LIANA A. FERREIRA DA ROCHA	315.662.208-74	307/2013	49,70		
RUA ALTINO C. FRANCISCO, LOTE 16, QUADRA B, N.. 193 FABIANO DONIZETE TORTE	330.554.498-86	310/2013	49,59	050/2014	49,59
RUA: ELIAS STEFANI, LOTE 02, N. 410 ROBISON FERNANDO GIOLO	378.881.798-43	316/2013	37,83	055/2014	37,83
RUA OSCAR F. DE CARVALHO, LOTE 05, QUADRA C, N. 427 RENATO MAURO	270.400.148-07	347/2013	45,72	045/2014	45,72
RUA 13 DE MAIO, LOTE 07, N.. 211 LUIZ GONZAGA BORIN	017.889.848-11	374/2013	266,64		
RUA ORLANDO COSTA, QUADRA D, LOTE 14, N.. 99 RAFAEL SUDAN	307.502.138-50	370/2013	50,84		
RUA FAUSTO DE MARCO, PORCAO E, QUADRA C, N.. 33 JOSE EMILIO BELLI	549.760.498-68	375/2013	476,70	233/2013	476,70
RUA CEL. ARTHUR WHITACKER N.. 1.496 FABIO ROBERTO PERNA	175.591.998-01	453/2013	388,17	060/2014	388,19
RUA EMILIO BORTOLETTO, QUADRA U, LOTE 09, N.. 91 WALDIR BORTOLETTO	042.822.378-80	479/2013	53,50	005/2014	53,50
RUA DAS AZALEIAS, QUADRA 30, LOTE 663, N.. 832 MARIO AMBROSINA GUIMARAES	003.213.138-01	057/2014	89,23	051/2014	89,23
RUA ANTONIO STOPPA, QUADRA 4, LOTE 57-5, N.. 458 AIRTON FERNANDO MAGNO	027.850.668-20	069/2014	184,44	047/2014	184,44
RUA JOSE ORLANDO GAVA N.. 17 IRMA RODRIGUES PEREIRA	167.196.028-96	074/2014	113,27	049/2014	113,26
RUA CLOVIS A. FERREIRA JUNIO, LOTE 06, QUADRA A, N. 11 ALFREDO LAISNER JUNIOR	979.255.358-49	078/2014	51,75		
RUA ACRE N.. 20 JAIR DA SILVA	043.449.428-33	079/2014	171,56		
RUA SEBASTIAO TREVISAN, QUADRA A, LOTE 02, N.. 150 LEIA SILVIA ZAMBELLI	095.928.858-93	083/2014	185,58		
RUA LUCIANO PERIPATO, QUADRA K, LOTE 25, N.. 111 JOSE STAINÉ JUNIOR	375.061.348-61	080/2014	79,87		
RUA SERAFIM COSTA FARIA, LOTE 03, QUADRA E, N.. 30 ROGERIO AUGUSTO SCAFF E OUTRA	305.295.828-30	081/2014	154,75		
RUA DIRCEU CLEMENTE FILA, QUADRA N1, LOTE 30, N.. 218 VANESSA POIATTI CANADINHO	231.240.368-40	082/2014	92,87		
RUA EMILIO BORTOLETTO, QUADRA U, LOTE 09, N.. 91 BOSQUE DO TAMANDUA LTDA.	04.203.767/0001-79	084/2014	53,50		
RUA DR.GENESIO RODOLPHO, QUADRA G, LOTE 22, N.. 25 JOSE LOURENCO ALVES	091.123.578-71	059/2003	50,33	057/2014	50,33
AVENIDA BOM JESUS N.. 101 MILENA APARECIDA CARAMORI BOTARO	307.421.598-41	085/2014	141,13		
RUA SALVADOR PRATA, QUADRA 06, LOTE 22, N.. 120 JOAQUIM SOARES CAMARGO	051.159.166-73	086/2014	133,69		
RUA JOSE MAZARO, QUADRA E1, LOTE 02, N.. 201 JOSE RICARDO FERNANDES DA SILVA	246.894.108-01	087/2014	124,00		
RUA ORLANDO COSTA, QUADRA D, LOTE 14, N.. 99 MARCOS FRANCO ANTOCHIO	400.412.648-78	088/2014	50,84		
PROLONG. RUA AMBROZIO MENDONCA QUADRA B, LOTE 06, N 861 JOAO MANOEL FRANCO ATUALITA MOSAICO ALTERNATIVO ME	13.561.230/0001-71	093/2014	139,47		
RUA CEL. RAFAEL TOBIAS N.. 702 EDRIANE VITURINO	249.444.378-46	092/2014	144,31		

Endereço da Obra / Nome do Responsável	CNPJ/CPF	ALVARÁ		HABITE-SE	
		Número	Área	Número	Área
RUA JOSE MACHADO, LOTE 18, QUADRA J, N. 61 ALEXANDRE LUIS GOMES	383.392.318-04	089/2014	95,19		
RUA ANTONIO DEPONTE, QUADRA N, LOTE 10, N. 277 MARCOS E.PEREIRA E ANA SILVIA DIAS PEREIRA	171.635.778-00	090/2014	309,50		
RUA SIQUEIRA CAMPOS N. 545 ADALGIZA TRALDI SURIANO	177.608.748-80	095/2014	124,52		
RUA MANOEL BIAGGI N. 535 FERNANDO AUGUSTO ZAFFALON	268.286.718-99	096/2014	288,19		
RUA JOAO RUBENS GOUVEIA, Q - E, L - 013, N. 201 FERNANDO CASALE E ALINE DO VALE	303.122.018-85	097/2014	89,44		
EST.MUNIC.DESC.-P.FERREIRA, GL B, QUINHÃO 5,ST.LARA S/N VIVER CLINICA TERAPEUTICA	19.644.815/0001-31	098/2014	254,61		
RUA JOAO XXIII, QUADRA 6, LOTE 14, N° 94 DANILO POLTRONIERI VITAL	368.552.538-73	100/2014	90,30		
RUA ANGELO CERANTOLA, QUADRA B, LOTE 05, N° 282 HELENE FRANZIN	416.504.678-77	099/2014	40,36		
RUA EMILIO BORTOLETTO, LOTE 02, QUADRA Z, N° 225 ADRIANO APARECIDO BERNARDO	248.283.528-30	101/2014	61,20		
RUA JOAO LASTORIA, QUADRA U, LOTE 26, N° 310 SERGIO CHAD KALIL	294.149.638-63	102/2014	150,08		
RUA PRESIDENTE KENNEDY, LOTE 02, QUADRA B, N. 1.762 MATHEUS PANEGHINI	349.245.308-24	103/2014	30,10		
RUA NELSON RUIZ, LOTE 05, QUADRA C, N. 62 ELIZABETH C.RUY MORAES E ROGERIO R.S.MORAES	295.259.368-05	104/2014	40,84		
RUA ABILIO FRANCO DE LIMA, L 26, Q E1, N. 50 JOSE CARLOS BELINI	332.142.348-03	105/2014	111,22		
RUA BENEDITO G. STOPPA, QUADRA J, LOTE 10, N. 20 EDNEIA APARECIDA DE SOUZA	324.271.768-69	106/2014	49,84		
RUA JULIO BRAGUIM, QUADRA G, LOTE 06D10, N. 100 LUIS M. GALDINO JUNIOR E KELLY T. DO AMARAL	368.910.128-05	107/2014	46,45		

DESCALVADO, 1 de abril de 2014

A Relação de Alvarás e Habite-se foi recebida pela SRP, conforme abaixo:

Nome do arquivo:	46732442000123.20140401145127
Origem dos Dados:	SisobraPref v1.0.1.5
Data e Hora da Criação:	01/04/2014 14:51:27
Data e Hora da Transmissão:	01/04/2014 14:52:09
Competência dos Registros:	03/2014
Total de Registros de Obra:	54
Total de Registros no Arquivo:	77

Nº do Recibo: **1381570131**

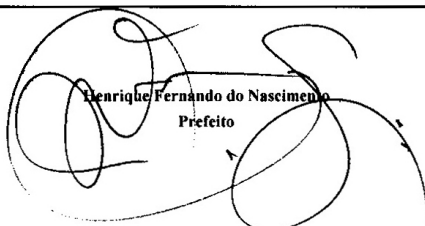
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

HENRIQUE FERNANDO DO NASCIMENTO, Prefeito do Município de Descalvado, Estado de São Paulo, dando cumprimento ao disposto no Artigo nº 162 da Constituição Federal Brasileira, divulga as Receitas Arrecadadas e os Recursos Recebidos por esta Prefeitura durante o mês de **FEVEREIRO de 2014**.

Código	Especificação da Receita (Fonte Recurso)	Mês	Acumulado
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	7.818.191,23	16.893.562,96
1.1.1.2.02.00.00	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (01 - Tesouro)	128.083,70	131.178,14
1.1.1.2.04.31.00	Retido nas fontes - trabalho (01 - Tesouro)	86.841,14	187.142,81
1.1.1.2.08.00.00	Imposto sobre a transmissão inter vivos - bens imóveis e direitos reais sobre imóveis (01 - Tesouro)	94.130,95	155.067,16
1.1.1.3.05.00.00	Imposto sobre serviços de qualquer natureza (01 - Tesouro)	283.761,36	593.267,52
1.1.2.1.17.00.00	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária (01 - Tesouro)	1.304,32	1.533,90
1.1.2.1.25.00.00	Taxa de licença p/ funcionam.de estabelec.comerciais, indústrias e prestadoras de servi (01 - Tesouro)	9.271,05	9.802,15
1.1.2.1.26.00.00	Taxa de publicidade comercial (01 - Tesouro)	931,73	951,05
1.1.2.1.29.00.00	Taxa de licença para execução de obras (01 - Tesouro)	1.199,35	4.819,77
1.1.2.1.31.00.00	Taxa de utilização de área de domínio público (01 - Tesouro)	744,39	1.441,35
1.1.2.2.12.00.01	Taxa de Expediente (01 - Tesouro)	6.982,45	14.258,99
1.1.2.2.90.00.00	Taxa de limpeza pública (01 - Tesouro)	29,24	125,92
1.1.2.2.99.00.01	Taxa de Conservação e Calçamento (01 - Tesouro)	0,68	5,56
1.1.2.2.99.00.02	Taxa de Coleta de Lixo (01 - Tesouro)	19.911,75	20.487,73
1.2.1.0.29.01.00	Contrib.patronal para o regime próprio de previdência (03 - Vinculados)	482,92	1.537,64
1.2.1.0.29.03.00	Contrib.patronal e inativo civil (03 - Vinculados)	1.511,61	4.228,12
1.2.1.0.29.07.00	Contrib.do servidor ativo para o regime próprio de previdência (03 - Vinculados)	482,92	1.423,33
1.2.1.0.29.09.00	Contrib.do servidor inativo para o regime próprio de previdência (03 - Vinculados)	1.511,61	3.961,23
1.3.1.1.01.00.00	Aluguéis de imóveis urbanos (01 - Tesouro)	1.237,22	2.589,84
1.3.2.5.01.01.00	Receita de remuneração de depósitos bancários de recursos vinculados e royalties (01 - Tesouro)	402,94	752,87
1.3.2.5.01.02.00	Receita remun.de depósitos bancários de rec.vinculados fundeb (02)	5.647,71	6.439,97
1.3.2.5.01.05.00	Receita de rem.de depósitos bancários de recursos vinculados e manut.e desenvolvimento (01 - Tesouro)	525,40	707,40
1.3.2.5.01.09.00	Receita de remun.depósitos bancários de recursos vinculados (CIDE-01 - Tesouro)	170,85	327,41
1.3.2.5.01.10.01	Remuneração de Depósitos Vinculados - FNAS (Fonte 01 Proprios) (01 - Tesouro)	1.248,59	2.305,07
1.3.2.5.01.99.01	Remun.Outros Depósitos Bancarios Vinc. COMUCRA (Fonte 06)	942,99	1.161,22
1.3.2.5.01.99.02	Remuneração de Outros Depositos Bancarios Vinculados - (Fonte 01 Tesouro) (01 - Tesouro)	18.526,15	36.848,65
1.3.2.5.01.99.03	Rem. depósito vinculado ao Fundo Municipal de Saude (01 - Tesouro)	5.367,67	9.777,46
1.3.2.5.02.99.00	Remuneração de outros depósitos de recursos não vinculados (01 - Tesouro)	14.194,20	23.898,10
1.3.2.8.20.00.00	Remun.dos investimentos do regime próprio de previdência do servidor em renda variável (01 - Tesouro)	938,26	1.776,57
1.3.9.0.00.00.01	Aluguéis de Máquinas e Veículos (01 - Tesouro)	371,80	648,95
1.6.0.0.03.01.00	Serviços de transporte rodoviário (01 - Tesouro)	3.491,48	6.755,90
1.6.0.0.17.00.01	Patrulha Agrícola (01 - Tesouro)	9.536,42	14.441,15

Código	Especificação da Receita (Fonte Recurso)	Mês	Acumulado
1.6.0.0.41.00.01	Serviços e Consumo de Água (01 - Tesouro)	124.391,03	234.636,20
1.6.0.0.42.00.01	Serviços de Utilização de Esgotos (01 - Tesouro)	60.866,34	114.595,60
1.6.0.0.46.00.00	Serviços de cemitério (01 - Tesouro)	2.805,23	5.671,24
1.6.0.0.99.00.01	Serviços de Ligação de Água (01 - Tesouro)	2.605,25	4.670,55
1.6.0.0.99.00.02	Serviços de Ligação de Esgoto (01 - Tesouro)	1.515,70	2.475,15
1.6.0.0.99.00.03	Serviços de Análise e Emissão de Licenças Ambientais (01 - Tesouro)	0,00	296,35
1.7.2.1.01.02.00	Cota-parte fundo de participação dos municípios (01 - Tesouro)	1.894.533,56	3.670.100,20
1.7.2.1.01.05.00	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural (01 - Tesouro)	234,90	19.813,90
1.7.2.1.22.20.00	Cota-parte da compensação financeira de recursos minerais - cfem (01 - Tesouro)	73.187,20	151.907,56
1.7.2.1.22.30.00	Cota-parte royalties - comp.financ.pela produção de petróleo lei nº 7.990/89	5.973,64	11.020,41
1.7.2.1.22.70.00	Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep (01 - Tesouro)	0,00	20.640,37
1.7.2.1.33.00.01	Pab (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	62.758,00	125.516,00
1.7.2.1.33.00.02	Pacs (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	53.742,00	104.092,00
1.7.2.1.33.00.03	Psf (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	67.735,00	135.470,00
1.7.2.1.33.00.04	Incentivo Bucal (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	16.725,00
1.7.2.1.33.00.05	Vigilância em Saúde	6.288,99	42.417,22
1.7.2.1.33.00.06	Assistência Farmacêutica Básica (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	7.935,08	15.870,16
1.7.2.1.33.00.07	Pacto pela Saúde (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	118.353,77	232.788,22
1.7.2.1.33.00.08	Qualisus (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	3.495,47
1.7.2.1.34.00.02	Piso Básico Transição - Creche e Assef/Idoso (05 - União)	8.400,00	16.800,00
1.7.2.1.34.00.03	Piso de Transição Média Complexidade (05 - União)	2.250,00	4.500,00
1.7.2.1.34.00.04	Piso de Alta Complexidade (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	1.460,00	2.920,00
1.7.2.1.34.00.06	Bolsa Família (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	5.673,47	6.571,69
1.7.2.1.35.01.00	Transferências do salário-educação (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	322.104,77
1.7.2.1.35.99.01	Merenda PNAEM - Médio (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	107.137,06	5.640,00
1.7.2.1.35.99.02	Merenda PNAE - Eja (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	390,00
1.7.2.1.35.99.03	Merenda PNAEC - Creche (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	10.960,00
1.7.2.1.35.99.04	Merenda PNAEP - Pré Escola (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	19.650,00
1.7.2.1.35.99.05	Merenda PNAEF-Fundamental (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	6.400,00
1.7.2.1.35.99.06	Manutenção da Educação - Creche (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	0,00	107.137,06
1.7.2.1.36.00.00	Transferência financeira do icms desoneração L.C. nº 87/96 (01-Tesouro)	11.921,17	23.842,34
1.7.2.1.99.00.03	FEX Auxílio Financeiro para Fomento Exportações (01 - Tesouro)	0,00	20.985,62
1.7.2.2.01.01.00	Cota-parte do icms (01 - Tesouro)	2.256.205,66	4.399.647,88
1.7.2.2.01.02.00	Cota-parte do ipva (01 - Tesouro)	679.003,17	2.261.983,20
1.7.2.2.01.04.00	Cota-parte do ipi sobre exportação (01 - Tesouro)	16.302,26	39.328,29
1.7.2.2.01.13.00	Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico (01 - Tesouro)	0,00	6.042,66
1.7.2.2.01.99.01	Multas de Trânsito (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	9.072,31	9.072,31
1.7.2.2.33.00.00	Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo	3.858,38	3.858,38
1.7.2.4.01.00.00	Transferência de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valoriza (02 - Transf. de recursos do estado)	1.292.254,91	2.997.203,67
1.7.3.0.00.00.00	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente COMUCRA (06 - Outras Fontes de Recursos)	4.600,00	4.600,00
1.7.6.2.02.00.02	Transporte de Alunos - Educação Básica (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	49.910,68	49.910,68
1.7.6.2.99.00.01	Proteção Social Básica (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	0,00	6.274,85
1.7.6.2.99.00.02	Proteção Social Especial (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	0,00	5.735,75
1.7.6.2.99.00.03	Municipalização da Agricultura - SEIAA (02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados)	0,00	20.000,00
1.9.1.1.38.00.00	Multas e juros de mora - iptu (01 - Tesouro)	17,36	1.284,06
1.9.1.1.40.00.00	Multas e juros de mora do imposto sobre serviços de qualquer natureza - iss (01 - Tesouro)	2.446,72	4.234,73
1.9.1.1.99.01.01	Multas e Juros de Mora das Taxas (01 - Tesouro)	18.981,38	24.405,46
1.9.1.3.11.00.00	Multas e juros de mora da dívida ativa do iptu (01 - Tesouro)	13.809,76	37.135,74
1.9.1.3.13.00.00	Multas e juros de mora da dívida ativa - iss (01 - Tesouro)	3.994,74	6.508,63
1.9.1.3.98.00.03	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa-Contr.Melhoria Rec.Ipês (01 - Tesouro)	291,93	550,92
1.9.1.9.10.00.00	Multas previstas na legislação sanitária (01 - Tesouro)	21,79	21,79
1.9.1.3.98.00.04	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa não Tributária (01 - Tesouro)	1.829,21	3.607,87
1.9.1.3.99.00.01	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Taxas (01 - Tesouro)	31.541,78	71.722,52
1.9.1.9.50.00.00	Multas por auto de infração (01 - Tesouro)	1.674,16	1.900,85
1.9.2.2.99.00.00	Outras restituições (01 - Tesouro)	828,25	5.466,15
1.9.3.1.11.00.00	Receita da dívida ativa - iptu (01 - Tesouro)	26.420,29	67.215,55
1.9.3.1.13.00.00	Receita da dívida ativa do imposto sobre serviços de qualquer natureza - iss (01 - Tesouro)	2.579,73	4.298,87
1.9.3.1.35.00.00	Receita da dívida ativa da taxa de fiscalização e vigilância sanitária (01 - Tesouro)	481,21	972,03
1.9.3.1.98.00.03	Receita da Dívida Ativa - PCM Recanto dos Ipês (01 - Tesouro)	988,44	1.218,90
1.9.3.1.99.01.01	Receita da Dívida Ativa das Taxas (01 - Tesouro)	5.528,36	12.965,34
1.9.3.2.99.01.00	Receita da dívida ativa não-tributária de outras receitas e principal (01 - Tesouro)	45.315,65	114.365,51
1.9.9.0.99.00.01	Eventuais (01 - Tesouro)	30.682,86	32.264,36
2.0.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	13.200,00	100.600,00
2.4.7.1.99.00.00	Outras transf.de convênios da união (05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados)	13.200,00	100.600,00
9.0.0.0.00.00.00	@ DEDUÇÕES DE RECEITAS	-971.640,09	-2.082.659,89
9.7.2.1.01.02.00	Dedução da Receita p/ Formação do Fundeb - FPM (01 - Tesouro)	-378.906,68	-733.736,81
9.7.2.1.01.05.00	Dedução da Receita p/ Formação do Fundeb - ITR (01 - Tesouro)	-46,97	-3.962,75
9.7.2.1.36.00	Dedução da Receita para Formação do Fundeb - ICMS Deson LC 87/96	-2.384,23	-4.768,46
9.7.2.2.01.01.00	Dedução da Receita para Formação do Fundeb - ICMS (01 - Tesouro)	-451.241,11	-879.929,54
9.7.2.2.01.02.00	Dedução da Receita para Formação do Fundeb - IPVA (01 - Tesouro)	-135.800,64	-452.396,66
9.7.2.2.01.04.00	Dedução da Receita para Formação do Fundeb - IPI EXPORTAÇÃO (01 - Tesouro)	-3.260,46	-7.865,67
Total		6.859.751,14	14.911.503,07

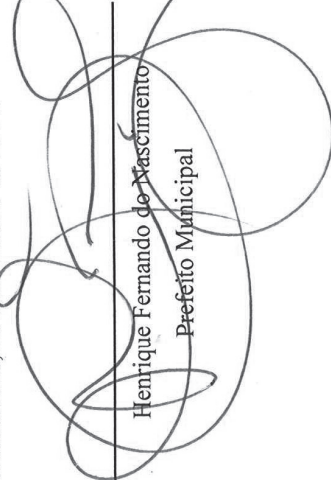

 Henrique Fernando do Nascimento
 Prefeito





Prefeitura Municipal de Descalvado
- Estado de São Paulo -
CEP 13.690-000

CUMPRIMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADACÃO -2014-1º BIMESTRE (art. 9º da LRF)										
ESPECIFICAÇÃO	ATÉ BIMESTRE ANTERIOR			NO BIMESTRE DE REFERÊNCIA			ATÉ BIMESTRE DE REFERÊNCIA			
	META	REALIZADA	DIFERENÇA	META	REALIZADA	DIFERENÇA	META	REALIZADA	DIFERENÇA	
RECEITAS CORRENTES										
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	1.793.250,00	1.120.082,05	(673.167,95)	1.793.250,00	1.120.082,05	(673.167,95)	
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00	6.120,00	11.150,32	5.030,32	6.120,00	11.150,32	5.030,32	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	46.590,00	87.233,51	40.643,51	46.590,00	87.233,51	40.643,51	
Receita Agropecuária						0,00			0,00	
Receita Industrial						0,00			0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	394.090,00	383.542,14	(10.547,86)	394.090,00	383.542,14	(10.547,86)	
Transf. Correntes	0,00	0,00	0,00	13.895.075,00	14.901.415,66	1.006.340,66	13.895.075,00	14.901.415,66	1.006.340,66	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	1.490.200,00	390.139,28	(1.100.060,72)	1.490.200,00	390.139,28	(1.100.060,72)	
Contas Redutoras	0,00	0,00	0,00	(1.843.900,00)	(2.082.659,89)	(238.759,89)	(1.843.900,00)	(2.082.659,89)	(238.759,89)	
RECEITA DE CAPITAL						0,00			0,00	
Operações de Crédito						0,00			0,00	
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transf. De Capital	0,00	0,00	0,00	765.170,00	100.600,00	(664.570,00)	765.170,00	100.600,00	(664.570,00)	
TOTAIS	0,00	0,00	0,00	16.546.595,00	14.911.503,07	(1.635.091,93)	16.546.595,00	14.911.503,07	(1.635.091,93)	

Descalvado, 28 de fevereiro de 2014.


Henrique Fernando de Nascimento
Prefeito Municipal


Geraldo Aparecido de Campos
Secretário Municipal


Nilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

Compactado p/ Publicação - Modelo 1

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Artigo 52, Incisos I e II, alíneas "a" e "b", da LC. 101/00)

- ADMINISTRAÇÃO DIRETA / INDIRETA / FUNDACIONAL -

MUNICÍPIO DE DESCALVADO
1º BIMESTRE DE 2014

Valores expressos em R\$

RECEITAS	Previsão anual		1º BIMESTRE		Acumulado		
Categoria Econômica/Fontes	Inicial	Atualizada	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	a realizar
Receitas Correntes (A)	91.658.900,00	91.658.900,00	15.781.425,00	14.810.903,07	15.781.425,00	14.810.903,07	76.847.996,93
Tributárias	11.959.500,00	11.959.500,00	1.793.250,00	1.120.082,05	1.793.250,00	1.120.082,05	10.839.417,95
Impostos	10.665.300,00	10.665.300,00	1.777.555,00	1.066.655,63	1.777.555,00	1.066.655,63	9.598.644,37
IPTU	4.977.500,00	4.977.500,00	829.585,00	131.178,14	829.585,00	131.178,14	4.846.321,86
ISSQN	1.005.300,00	1.005.300,00	631.335,00	593.267,52	631.335,00	593.267,52	412.032,48
ITBI	894.500,00	894.500,00	149.085,00	155.067,16	149.085,00	155.067,16	739.432,84
IRRF	1.005.300,00	1.005.300,00	167.550,00	187.142,81	167.550,00	187.142,81	818.157,19
Taxas	1.294.200,00	1.294.200,00	215.700,00	53.426,42	215.700,00	53.426,42	1.240.773,58
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	36.700,00	36.700,00	6.120,00	11.150,32	6.120,00	11.150,32	25.549,68
Patrimoniais	279.500,00	279.500,00	46.590,00	87.233,51	46.590,00	87.233,51	192.266,49
Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços	2.364.500,00	2.364.500,00	394.090,00	383.542,14	394.090,00	383.542,14	1.980.957,86
Transferências Correntes	79.140.900,00	79.140.900,00	13.895.075,00	14.901.415,66	13.895.075,00	14.901.415,66	64.239.484,34
(-) Contas Redutoras (ICMS,FPM,IPI Exp)	(11.063.400,00)	(11.063.400,00)	(1.843.900,00)	(2.082.659,89)	(1.843.900,00)	(2.082.659,89)	8.980.740,11
Outras Receitas Correntes	8.941.200,00	8.941.200,00	1.490.200,00	390.139,28	1.490.200,00	390.139,28	8.551.060,72
Receitas de Capital (B)	4.591.000,00	4.591.000,00	765.170,00	100.600,00	765.170,00	100.600,00	4.490.400,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.891.000,00	4.891.000,00	765.170,00	100.600,00	765.170,00	100.600,00	4.790.400,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TOTAL (A+B)	96.249.900,00	96.249.900,00	16.546.595,00	14.911.503,07	16.546.595,00	14.911.503,07	81.338.396,93
DESPESAS	Dotação Anual		1º BIMESTRE		Acumulado		
Categoria Econômica/Natureza	Inicial	Atualizada	Empenhado	Liquidado	Empenhado	Liquidado	A empenhar
Despesas Correntes (C)	90.556.400,00	90.667.831,98	29.990.448,15	14.505.733,19	29.990.448,15	14.505.733,19	60.677.383,83
Pessoal/Encargos Sociais	46.107.800,00	46.107.800,00	6.071.235,80	6.065.773,54	6.071.235,80	6.065.773,54	40.036.564,20
Juros/Encargos da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros/Encargos Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	44.448.600,00	44.560.031,98	23.919.212,35	8.439.959,65	23.919.212,35	8.439.959,65	20.640.819,63
Despesas de Capital (D)	5.693.500,00	6.241.278,55	326.100,03	64.130,38	326.100,03	64.130,38	5.915.178,52
Investimentos	5.481.298,00	6.031.278,55	146.100,03	49.045,63	146.100,03	49.045,63	5.885.178,52
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	210.000,00	210.000,00	180.000,00	15.084,75	180.000,00	15.084,75	30.000,00
Amortização do Refin. Div. Mobil.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Amortizações	210.000,00	210.000,00	180.000,00	15.084,75	180.000,00	15.084,75	30.000,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência (E)	2.202,00	2.202,00					
DESPESA TOTAL (C+D)	96.249.900,00	96.909.110,53	30.316.548,18	14.569.863,57	30.316.548,18	14.569.863,57	66.592.562,35
SUPERÁVIT/DÉFICIT (A+B-C-D)	0,00	-659.210,53	-15.405.045,11	341.639,50	-15.405.045,11	341.639,50	

Descalvado, 28 de fevereiro de 2014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Geraldo Aparecido de Campos
Secretário Municipal

Nilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

Anexo - Modelo 1

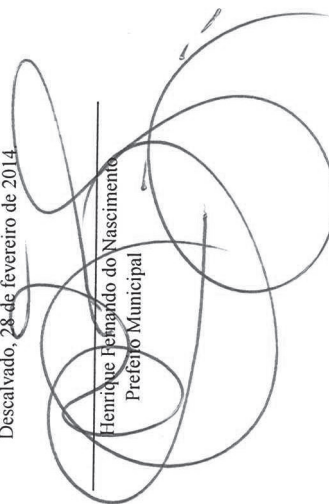
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO ESTADO DE SÃO PAULO

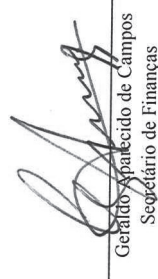
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Artigo 52, Incisos I e II, alíneas “a” e “b”, da LC. 101/00) **RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PODERES/ÓRGÃOS**

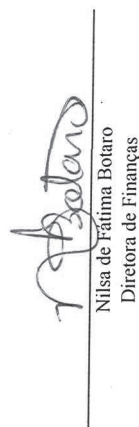
MUNICÍPIO DE DESCALVADO **1º BIMESTRE DE 2014**

PODERES/ÓRGÃOS	Receitas		Despesas		Resultados	
	Bimestre	Acumulado (1)	Empenhada		Acumulado (2)	Acumulado (3) = (1) - (2)
			Bimestre	Acumulado (2)		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA *	14.911.503,07	14.911.503,07	30.316.548,18	30.316.548,18	14.569.863,57	-15.405.045,11
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Autarquia “X”						
Fundação “Y”						
Empresa Pública Dependente “Z”						
TOTAIS:	14.911.503,07	14.911.503,07	30.316.548,18	30.316.548,18	14.569.863,57	-15.405.045,11
* Prefeitura e Câmara						-103,31%

Descalvado, 28 de fevereiro de 2014.


Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal


Geraldo Aparecido de Campos
Secretário de Finanças


Nilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

Modelo 2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(Artigo 52, Inciso II, alínea "c" da LC. 101/00)

- ADMINISTRAÇÃO DIRETA / INDIRETA / FUNDACIONAL -

MUNICÍPIO DE DESCALVADO
1º BIMESTRE DE 2014

Valores expressos em R\$


Cód. Função	Cód. Subf.	DESPESAS Funções/Subfunções	Dotação Anual		1º BIMESTRE		Acumulado		
			Inicial	Atualizada	Empenhado	Liquidado	Empenhado	Liquidado	a empenhar
1	0	LEGISLATIVO	2.029.500,00	2.029.500,00	281.862,90	281.862,90	281.862,90	281.862,90	1.747.637,10
1	31	Ação Legislativa	2.029.500,00	2.029.500,00	281.862,90	281.862,90	281.862,90	281.862,90	1.747.637,10
4	0	ADMINISTRAÇÃO	7.477.600,00	7.477.600,00	2.001.869,08	898.082,11	2.001.869,08	898.082,11	5.475.730,92
4	122	Administração Geral	4.764.900,00	4.764.900,00	1.409.397,72	616.150,87	1.409.397,72	616.150,87	3.355.502,28
4	123	Administ. Financeira	1.800.800,00	1.800.800,00	410.828,24	148.928,50	410.828,24	148.928,50	1.389.971,76
4	125	Normatização e Fiscalização	718.500,00	718.500,00	163.017,76	116.914,88	163.017,76	116.914,88	555.482,24
4	131	Comunicação Social	193.400,00	193.400,00	18.625,36	16.087,86	18.625,36	16.087,86	174.774,64
6	0	SEGURANÇA PÚBLICA	1.168.200,00	1.168.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.168.200,00
6	181	Policiamento	1.168.200,00	1.168.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.168.200,00
8	0	ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.529.500,00	3.558.314,20	1.522.790,05	739.344,04	1.522.790,05	739.344,04	2.006.709,95
8	243	Assist. à Criança e ao Adolec.	366.600,00	366.600,00	55.367,04	49.570,30	55.367,04	49.570,30	311.232,96
8	244	Assistência Comunitária	3.162.900,00	3.191.714,20	1.467.423,01	689.773,74	1.467.423,01	689.773,74	1.695.476,99
10	0	SAÚDE	27.365.298,00	27.390.910,92	13.271.430,44	7.286.325,64	13.271.430,44	7.286.325,64	14.093.867,56
10	301	Atenção Básica	16.448.098,00	16.470.204,76	6.965.754,86	2.322.758,94	6.965.754,86	2.322.758,94	9.482.343,14
10	302	Assistência Hospitalar e Ambulat.	8.926.200,00	8.929.706,16	5.458.241,37	4.815.892,67	5.458.241,37	4.815.892,67	3.467.958,63
10	303	Suporte Profilático e Terapêutico	1.277.900,00	1.277.900,00	755.442,06	55.681,88	755.442,06	55.681,88	522.457,94
10	304	Vigilância Sanitária	395.500,00	395.500,00	52.393,17	52.393,17	52.393,17	52.393,17	343.106,83
10	305	Vigilância Epidemiol.	317.600,00	317.600,00	39.598,98	39.598,98	39.598,98	39.598,98	278.001,02
10	306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	0	TRABALHO	157.700,00	157.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.700,00
11	334	Fomento ao Trabalho	157.700,00	157.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.700,00
12	0	EDUCAÇÃO	30.275.800,00	30.880.694,43	6.670.520,67	3.087.782,97	6.670.520,67	3.087.782,97	23.605.279,33
12	126	Tecnologia da Informação	31.500,00	31.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.500,00
12	306	Alimentação e Nutrição	2.894.700,00	2.947.423,28	472.629,21	198.467,96	472.629,21	198.467,96	2.422.070,79
12	361	Ensino Fundamental	20.109.400,00	20.721.571,15	5.052.533,55	2.198.212,18	5.052.533,55	2.198.212,18	15.056.866,45
12	363	Ensino Profissional	380.200,00	380.200,00	31.879,27	15.003,09	31.879,27	15.003,09	348.320,73
12	364	Ensino Superior	127.100,00	127.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.100,00
12	365	Educação Infantil	6.732.900,00	6.672.900,00	1.113.478,64	676.099,74	1.113.478,64	676.099,74	5.619.421,36
13	0	CULTURA	2.652.300,00	2.642.300,00	371.519,73	187.907,36	371.519,73	187.907,36	2.280.780,27
13	392	Difusão Cultural	2.652.300,00	2.642.300,00	371.519,73	187.907,36	371.519,73	187.907,36	2.280.780,27
15	0	URBANISMO	11.631.700,00	11.631.700,00	2.810.469,40	1.068.297,60	2.810.469,40	1.068.297,60	8.821.230,60
15	451	Infra-Estrutura Urbana	7.564.400,00	7.564.400,00	1.128.849,32	552.426,29	1.128.849,32	552.426,29	6.435.550,68
15	452	Serviços Urbanos	4.067.300,00	4.067.300,00	1.681.620,08	515.871,31	1.681.620,08	515.871,31	2.385.679,92
18	0	GESTÃO AMBIENTAL	4.116.700,00	4.116.700,00	1.437.040,40	446.995,96	1.437.040,40	446.995,96	2.679.659,60
18	541	Preservação e Conservação Amb.	71.400,00	71.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.400,00
18	542	Controle Ambiental	441.900,00	441.900,00	59.018,36	53.718,36	59.018,36	53.718,36	382.881,64
18	544	Recursos Hídricos	3.603.400,00	3.603.400,00	1.378.022,04	393.277,60	1.378.022,04	393.277,60	2.225.377,96
20	0	AGRICULTURA	2.424.500,00	2.436.590,98	596.231,82	266.135,34	596.231,82	266.135,34	1.828.268,18
20	601	Promoção Produção Vegetal	2.210.000,00	2.222.090,98	569.473,26	258.652,10	569.473,26	258.652,10	1.640.526,74
20	605	Abastecimento	214.500,00	214.500,00	26.758,56	7.483,24	26.758,56	7.483,24	187.741,44
27	0	DESPORTO E LAZER	1.434.300,00	1.434.300,00	253.262,36	112.330,18	253.262,36	112.330,18	1.181.037,64
27	812	Desporto Comunitário	1.434.300,00	1.434.300,00	253.262,36	112.330,18	253.262,36	112.330,18	1.181.037,64
28	0	ENCARGOS ESPECIAIS	1.984.600,00	1.984.600,00	1.099.551,33	194.799,47	1.099.551,33	194.799,47	885.048,67
28	846	Outros Encargos Espec.	1.984.600,00	1.984.600,00	1.099.551,33	194.799,47	1.099.551,33	194.799,47	885.048,67
99	0	Reserva de Contingência	2.202,00	2.202,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.202,00
99	999	Reserva de Contingência	2.202,00	2.202,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.202,00
	0	TOTAL	96.249.900,00	96.911.312,53	30.316.548,18	14.569.863,57	30.316.548,18	14.569.863,57	65.933.351,82

Descalvado, 28 de fevereiro de 2014

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Ceraldo Aparecido de Campos
Secretário de Finanças

Nilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças


Nilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS
(Artigos 53, Inciso II e 50, Inciso IV da LC. 101/00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE DESCALVADO
1º BIMESTRE DE 2014

Valores expressos em R\$

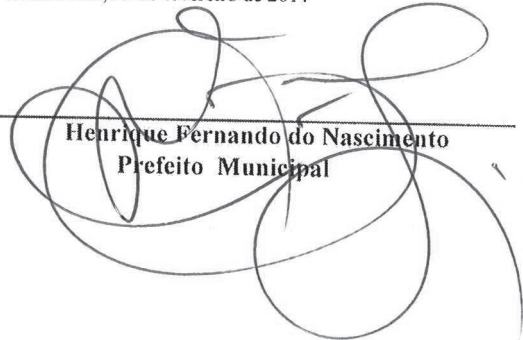
I – RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão Anual		Receitas Realizadas		Saldo a Realizar
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	
Contribuições Patronais	18.000,00	18.000,00	5.765,76	5.765,76	12.234,24
Contribuições dos Servidores Ativos	4.900,00	4.900,00	1.423,33	1.423,33	3.476,67
Contribuições dos Servidores Inativos	13.800,00	13.800,00	3.961,23	3.961,23	9.838,77
Contribuições dos Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras (Aplicação Financeira)	0,00	0,00	1.776,57	1.776,57	-1.776,57
Total	36.700,00	36.700,00	12.926,89	12.926,89	23.773,11

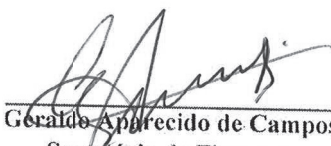
II – DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Anual		Empenhadas		Liquidadas		Saldo a Empenhar
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00


III - RESULTADO	36.700,00	36.700,00	12.926,89	12.926,89	12.926,89	12.926,89	
------------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	--

IV – DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		RS		RS
Receitas		12.926,89	Despesas	0,00
Orçamentárias		12.926,89	Orçamentárias pagas	0,00
Extra-orçamentárias		0,00	Extra-orçamentárias	0,00
			Inscrição Restos a pagar*	0,00
Saldo do exercício anterior		225.737,19	Saldo Atual	238.664,08
Caixa		0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento		225.737,19	Bancos Conta Movimento	238.664,08
Aplicações Financeiras		0,00	Aplicações Financeiras	0,00
Total Geral		238.664,08		238.664,08

Descalvado, 28 de fevereiro de 2014


Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal


Geraldo Aparecido de Campos
Secretário de Finanças


Nilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

Modelo 5

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO

(Art. 53, Inciso III da LC. 101/00)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

MUNICÍPIO DE DESCALVADO
1º BIMESTRE DE 2014

RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITAS FISCAIS	Previsão Atualizada			Realização		Valores expressos em R\$
	Anual	Do Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	Período Exercício Anterior
Receitas Correntes	91.658.900,00	15.781.425,00	15.781.425,00	14.810.903,07	14.810.903,07	15.215.728,32
Receitas de Capital	4.591.000,00	765.170,00	765.170,00	100.600,00	100.600,00	515.173,68
Subtotal:	96.249.900,00	16.546.595,00	16.546.595,00	14.911.503,07	14.911.503,07	15.730.902,00
(-) Deduções						
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendas de aplicações Financeiras	250.700,00	41.785,00	41.785,00	83.994,72	83.994,72	38.060,31
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de alienações de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	250.700,00	41.785,00	41.785,00	83.994,72	83.994,72	38.060,31
I - RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS	95.999.200,00	16.504.810,00	16.504.810,00	14.827.508,35	14.827.508,35	15.692.841,69

DESPESAS FISCAIS	Dotação Atualizada			Despesas Liquidadas		Período Exerc.
	Anual	Do Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	Ant.
Despesas Correntes	90.667.831,98	29.990.448,15	29.990.448,15	14.505.733,19	14.505.733,19	13.292.933,12
(-) Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	90.667.831,98	29.990.448,15	29.990.448,15	14.505.733,19	14.505.733,19	13.292.933,12
Despesas de Capital	6.241.278,55	326.100,03	326.100,03	64.130,38	64.130,38	34.581,99
(-) Deduções	210.000,00	180.000,00	180.000,00	15.084,75	15.084,75	28.285,99
Amortização de Dívida	210.000,00	180.000,00	180.000,00	15.084,75	15.084,75	28.285,99
Concessão de Empréstimos						
Aquisição de Título de Capital já Integralizado						
Subtotal	6.031.278,55	146.100,03	146.100,03	49.045,63	49.045,63	6.296,00
II - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.202,00					
III - DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS	96.699.110,53	30.136.548,18	30.136.548,18	14.554.778,82	14.554.778,82	13.299.229,12
IV - RESULTADO PRIMÁRIO (I - III+II)	-697.708,53	-13.631.738,18	-13.631.738,18	272.729,53	272.729,53	2.393.612,57

RESULTADO NOMINAL	SALDO			RESULTADO NOMINAL	
	Em 31/12 Exerc. Anterior (A)	Bimestre Anterior (B)	Bimestre Atual (C)	No Bimestre (C-B)	Janeiro até o Bimestre (C-A)
I. Dívida Consolidada	0,00	0,00	0,00		
II. Deduções: (*)	6.356.071,48	6.356.071,48	11.646.802,76		
Ativo Disponível	8.785.320,51	8.785.320,51	11.949.736,80		
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00		
(-) Restos a Pagar Processados	2.429.249,03	2.429.249,03	302.934,04		
III. Dívida Consolidada Líquida (I-II)	0,00	0,00	0,00		
IV. Receita de Privatizações					
V. Passivos Reconhecidos					
Dívida Fiscal Líquida (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(*) Se o saldo for negativo (Restos a Pagar maior que Ativo Disponível + Haveres Financeiros) o sistema lançará o valor zero, pois não deve ser informado o valor negativo.
Justificativas (art. 9º, cc inciso I, §2º, art. 53 da LRF)
Descalvado, 28 de fevereiro de 2014.

Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal

Gerardo Aparecido de Campos
Secretário de Finanças

Nilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

Modelo 6

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO

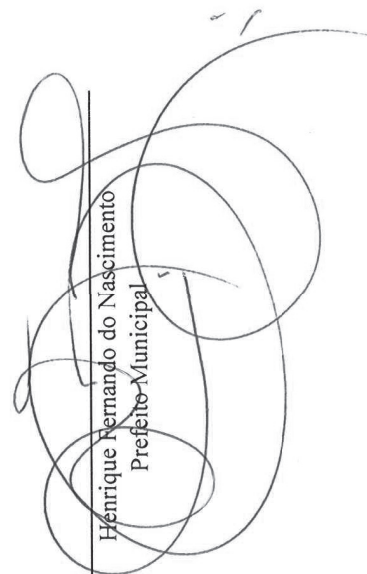
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
(Artigo 53, Inciso V, da LC. 101/00)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL

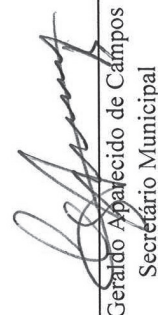
MUNICÍPIO DE DESCALVADO

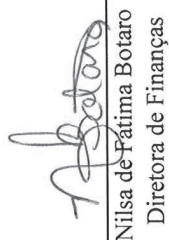
1º BIMESTRE DE 2014

PODER / ÓRGÃO / ENTIDADES	Saldo de Exercícios Anteriores	Inscrições		Baixas				Montante a Pagar	Disponibilidade Financeira
				Cancelamentos		Pagamentos			
		Processados	Não Processados	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre		
PODER LEGISLATIVO									
Câmara Municipal	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	62.887,10
PODER EXECUTIVO	7.275.425,28	0,00	0,00	8.067,07	8.067,07	3.823.830,90	3.823.830,90	3.443.527,31	11.886.849,70
Prefeitura Municipal	7.275.425,28	0,00	0,00	8.067,07	8.067,07	3.823.830,90	3.823.830,90	3.443.527,31	11.886.849,70
Órgãos/Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Autarquia "X"								0,00	
Fundação Pública "Y"								0,00	
Empresa Púb. Dependente "Z"								0,00	
TOTAL:	7.281.925,28	0,00	0,00	8.067,07	8.067,07	3.823.830,90	3.823.830,90	3.450.027,31	11.949.736,80

Descalvado, 28 de fevereiro de 2014.


Henrique Fernando do Nascimento
Prefeito Municipal


Geraldo Aparecido de Campos
Secretário Municipal


Nilsa de Fátima Botaro
Diretora de Finanças

**RESOLUÇÃO Nº 03/2.014**

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE DE CONSELHEIRO TUTELAR PARA ATUAÇÃO NA FORMA QUE ESPECIFICA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Descalvado - COMUCRA, neste ato **Representado** por seu Presidente, no uso de suas Atribuições legais; considerando a necessidade de gozo de férias regulares de Conselheira Tutelar;

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a 5ª suplente do Conselho Tutelar, Sra. **ROSANA APARECIDA AUGUSTO PIEROBON**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 13.591.080-8 para substituir a Conselheira **ANGELA MARIA ROSA DO CARMO**, no período compreendido de 17 de abril a 7 de maio de 2.014, em razão de gozo de férias.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Descalvado, 31 de Março de 2.014

CARLOS ALBERTO PEREIRA DE LIMA
*Presidente do Conselho Municipal dos Direitos
Da Criança e do Adolescente de Descalvado*

**CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO**
ESTADO DE SÃO PAULO**ATO DA MESA Nº 03/2014**

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO, ESTADO DE SÃO PAULO.

A Mesa da Câmara Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa o seguinte Ato:

Artigo 1º - Fica estabelecido o horário de atendimento ao público da Câmara Municipal de Descalvado, das 12:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Artigo 2º - Este Ato da Mesa entra em vigor a partir de 1º de abril de 2.014, revogando-se as disposições em contrário.

Plenário “Vereador Mário Joaquim Filla”, em 26 de março de 2014.

Anderson Aparecido Sposito
Presidente

José Augusto Cavalcante Navas
1º Secretário

Argeu Donizetti Reschini
2º Secretário

Registrado e publicado na Diretoria Geral da Câmara Municipal, em 26/3/2014.

Diego Luis Mendonça Lastosa
Diretor Geral

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

Administração:
Henrique Fernando do Nascimento

Responsável:
Assessoria de Comunicação

Digitação, CTP e Impressão: **Gráfica Tribuna de Descalvado Ltda.**

Rua Orderigo Gabrielli, 763 - Fone (19) 3583-1661
Fone/Fax (19) 3583-2350 - Descalvado/SP